

ATA Nº 6

Aos vinte de oito dias do mês de setembro do ano de **dois mil e dezoito**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	TAXAS MUNICIPAIS PARA 2019
3º -	SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL 2018
4º -	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º SEMESTRE
5º -	PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA – ÁGUAS DO ALTO MINHO - ALTERAÇÕES
6º -	MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES DE EXPANSÃO OU REABILITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E A ADAM – ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Elisabete Frade Lopes Viana, Jorge Moura Rodrigues, José António Lopes Nogueira, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando Vidal Lourenço, Paulo Alexandre Teixeira Gonçalves, Ana Cláudia Gomes Moreira, Carlos Aleixo Pereira Gomes, Ivone Mendes Moreira. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Manuel Álvaro Guimarães Gomes, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Vasco Rodrigo Marques Severino; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Paulo Alexandre Teixeira Gonçalves; Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Carlos Aleixo Pereira Gomes; Ivone Mendes Moreira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Fagundes; Carlos Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel

Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

Verificada a ausência do 2º Secretário da Mesa, Sra. Elisabete Viana, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Membro Sra. Paula Natal coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos. Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, os Membros Srs. Paulo Esteves e Paula Natal, respetivamente. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, tendo-se registado a inscrição dos Srs. Cristina Ferreira e Luís Araújo. _____

- **Sra. Cristina Ferreira** na qualidade de representante dos pais das crianças que frequentam a escola de S. Pedro da Torre, o Jardim de Infância e a Escola Básica, passou a ler o abaixo assinado que seguidamente se transcreve: _____

“Nós, abaixo assinados, mães, pais e encarregados de educação das crianças inscritas nas Escolas Básica e Jardim de Infância de S. Pedro da Torre, vimos por este meio requerer à Câmara Municipal de Valença que autorize a reabertura da cantina de S. Pedro da Torre de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 49 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, vimos exercer o direito de intervenção na reunião da Assembleia Municipal. De acordo com o disposto nas alíneas u) e ee) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que regula o código administrativo, compete à Câmara Municipal promover ações e criar serviços de natureza social, educativa e de saúde que contribuam para a proteção dos direitos e interesses dos munícipes, pelo que expomos acima, a nossa preocupação conjunta com as refeições escolares que se mostram de forma recorrente insuficiente, quer na quantidade, quer na qualidade, ao longo do ano letivo de 2017/2018. Acrescento, – que não está aqui escrito – que este ano a quantidade reduziu ainda mais, vieram cortar na fruta, que começaram a partir a fruta ao meio, e o pão. Isto crianças desde os 3 anos até aos 10, pondo em risco a saúde e bem-estar das nossas crianças, e a aprendizagem também. Propomos por isso a reabertura da cantina que se encontra nas instalações do Jardim de Infância do Monte, em S. Pedro da Torre. Esta proposta tem como fundamento não só o problema acima referido, mas também o facto de ao longo dos últimos 5 anos a qualidade das refeições tem sido deficiente, tendo vindo a piorar gradualmente, existindo um contraste evidente com a situação anterior, quando a cantina estava aberta. Quando as refeições eram preparadas na cantina do Jardim de Infância de S. Pedro. Ao longo, ponto dois: ao longo do passado ano letivo, as refeições foram entregues com mais de 1h30 antes de serem servidas às crianças, o que contribui para o empobrecimento das características organoléticas e nutritivas dos alimentos, já de si bastante pobres pelo que tínhamos dito. Ponto 3: o tempo de espera das refeições transportadas após a confeção referido no número anterior, contribui para um ponto crítico de contaminação que põe em risco o plano do HCCP, como toda a gente sabe. Para além disso, os alunos da escola básica têm de se deslocar da Rua do Monte até ao edifício do Jardim de Infância, na Rua do Sol, onde se encontram as instalações da cantina, o que já de si constitui uma desvalia para as crianças de S. Pedro. Sublinhamos ainda que as duas escolas de S. Pedro contam com 84 alunos –

que pelo que eu sei, não sei se mais nesta altura do ano – inscritos no ano letivo de 2018/2019, tem infraestruturas adequadas, pessoal qualificado, cozinha totalmente equipada, modernizada e preparada para confeção de refeições. Em razão disso solicitamos a V. Senhoria o maior empenho para se solucionar esta situação.” _____

Terminada a leitura do abaixo assinado, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e informou que a mecânica deste órgão não é a resolução de problemas, contudo como o Sr. Presidente da Câmara está presente, ser-lhe-á dada a oportunidade para, se assim o entender, lhe responder. _____

- **Sr. Luís Araújo**, na qualidade de tesoureiro da Junta da Freguesia de S. Pedro da Torre, interveio para relatar uma ocorrência bastante grave relacionada com descarga de saneamento ilegal em frente ao “Restaurante Neves”, ocorrida do dia 24 para o dia 25 de junho último, efetuada por parte de uma companhia que entendeu não mencionar. Chamados ao local pelo proprietário do dito restaurante para verificar a situação, depararam-se com um cenário grave de descarga de camarões, cabeças de polvo, pernas de pota, que provocava um cheiro pestilento, tendo-lhes sido solicitado a resolução da situação. Termos em que pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre foi diligenciado o contacto e respetivo relato da situação caótica à Câmara, que após várias tentativas de contacto foi atendido pelo Sr. Lopes e dito por este que diligenciaria a resolução da situação, contudo como pelo proprietário do estabelecimento foi manifestada a preocupação em laborar perante a situação caótica que se fazia sentir em frente ao seu restaurante decidiram contactar à Associação de Bombeiros Humanitários de Valença para lavagem da zona por forma a repor a normalidade. Perante a ocorrência da situação que acabou de relatar e porque irá acontecer novamente, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o que pensa fazer. _____

Prosseguindo, referiu-se a um problema que existe na Ecopista, para o qual a companhia construtora em 2013 enviou um documento para a Câmara Municipal a descartar qualquer responsabilidade sobre a mesma, alegando que o uso abusivo de herbicida estava a causar o problema das areias e a existência de covas, o qual foi recebido na Junta de Freguesia apenas em abril deste ano. Considera que a Câmara Municipal ao não ter acionado a garantia bancária, então, concordou com as alegações da companhia construtora, pelo que, perante esta posição, questionou o Sr. Presidente da Câmara se estaria a imputar tais responsabilidades à Junta de S. Pedro da Torre ou a defender os interesses do Município/Companhia construtora. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as intervenções e mencionou que as preocupações manifestadas seriam reencaminhadas para o órgão com competência na matéria, no entanto passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para dentro daquilo que lhe fosse possível responder às questões suscitadas. _____

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, após ter efetuado as habituais saudações, começou por responder às preocupações manifestadas pela representante dos pais e encarregados de educação do Jardim de Infância/Escola de S. Pedro da Torre, em relação à alimentação dos mesmos. Existe uma orientação transversal a todos Jardins de Infância/escolas primárias do Município para ementas, confeção e distribuição das refeições, sem quaisquer exceções e de acordo com os relatórios elaborados em 2017 não há registo das mencionadas queixas. Os registos que existem são pontuais e têm ocorrido quando a ementa é peixe, não é uma ementa que agrade aos miúdos. Em relação às quantidades

e à higiene, são questões que nunca foram levantadas. O transporte da alimentação é feito à semelhança daquilo que é feito pela Santa Casa, e todas as IPSS que fazem apoio ao domicílio, pelo que não se pode invocar essas matérias, nem criar alarmismo sem justificação. Registou o alerta e informou que diligenciará junto da correspondente empresa do seu melhoramento. _____

Finalizou referindo que apenas existem três empresas, a nível nacional, para fornecimento de refeições, que trabalham num modelo de economias de escala, o que significa que para funcionarem corretamente têm que possuir muitos clientes numa determinada zona e que caso percam alguma adjudicação de grande escala, como por exemplo um hospital ou um centro de saúde, as restantes são motivo para abandonarem o contrato de prestação de serviços. Problemática transversal a todo o País. _____

Prosseguindo, em relação à questão levantada pelo Sr. Luís Araújo, referiu que quando existem problemas com entupimentos de saneamento, o Município soluciona com recurso à contratação de empresa especializada para o efeito, contudo são empresas que, basicamente, prestam serviços para o setor industrial e dificilmente estão disponíveis, no imediato, para as necessidades urgentes do Município, como foi o caso. O entupimento do saneamento junto ao restaurante Neves é uma situação recorrente. Procuram resolver o problema, contudo o dimensionamento da passagem da EN 13 e da respetiva tubagem é insuficiente face ao saneamento/resíduos produzidos a montante. Em suma, o Município tem diligenciado no sentido de solucionar as situações apontadas, com recurso a contratação para desentupir e limpar a tubagem, no entanto enquanto que tal não sucede a zona da ocorrência não tem a melhor aparência. _____

Em relação à Ecopista, informou que a colocação de herbicida nas encostas ou nos taludes, origina que a terra fique balofa e provoque deslizamento de terras, inclusivamente que surjam problemas ambientais dada a proximidade de um regato a 5m, que poderão incorrer em coimas desagradáveis ou processos de contraordenação, pelo que a recomendação é para a sua não utilização. Em suma, numa zona tão permeável como é a margem do rio, a colocação de herbicida entre a Ecopista e a margem prejudica a consolidação da infraestrutura. _____

Terminados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à continuidade dos trabalhos do órgão, passando ao período de antes da ordem do dia. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 30 de junho último a 27 de setembro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 5** referente à sessão ordinária do órgão realizada no dia vinte e nove de junho último, surgiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que,

estando em condições, de as colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem. Não se registaram intervenções, pelo que colocada a votação a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata nº 5**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **29 de junho de 2018**, num universo de **24 votantes**, obteve 24 (**vinte e sete**) votos a favor. Os Membros Paulo Gonçalves, Ivone Moreira e Luís Amorim não tomaram parte da votação por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Seguidamente, foram entregues à Mesa os documentos que se seguem, transcritos em ata pela ordem da seguinte enumeração: _____

- **Grupo Municipal do PSD:** _____

- Voto de pesar – “Sr. Luís Henrique Alves Pinto”. _____

- **Grupo Municipal do PS:** _____

- Recomendação - “Declaração de Interesse Municipal para o investimento do grupo Ábaco, um hotel de 5 estrelas em Valença” _____

Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Henriques Alves Pinto, apresentado pela Mesa da Assembleia Municipal e subscrito por todos os restantes membros da Assembleia Municipal de Valença: _____

“VOTO DE PESAR

LUÍS HENRIQUES ALVES PINTO

O Senhor Luís Henriques Alves Pinto, de 88 anos de idade, cidadão autêntico, empresário dinâmico da cidade e entusiasta que amava Valença, que se destacou pela sua simplicidade e pelo elevado sentido cívico e social. _____

Destacado, a nível profissional, como um comerciante reconhecido na praça de Valença, numa atividade muito delicada e na qual demonstrou toda a sua capacidade e inteligência. _____

Destacado pela sua personalidade, pelo seu elevado sentido social e cívico, nas dádivas às mais diversas coletividades do Concelho de Valença, nomeadamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, à Santa Casa da Misericórdia de Valença, mas sobretudo pelo seu amor ao Monte do “Faro” por quem sempre se disponibilizou para dar o seu melhor contributo. _____

Pelos contributos à comunidade valenciana enquanto Valenciano e benemérito, pelo seu percurso e dedicação a Valença propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: _____

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Luís Henriques Alves Pinto, guardando um minuto de silêncio em sua memória; _____
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar.” _____

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o transcrito voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Henriques Alves Pinto, tendo sido efetuado um minuto de silêncio em sua homenagem, assim como decidido manifestar as sentidas condolências à sua família. _____

Seguidamente, o Membro Sr. Óscar Silva procedeu à leitura da recomendação **“Declaração de Interesse Municipal para o investimento do grupo Ábaco, um hotel de 5 estrelas em Valença”** apresentado pelo PS, abaixo transcrita: _____

“GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA INTITULADA DECLARAÇÃO DE INTERESSE

**MUNICIPAL PARA INVESTIMENTO DO
GRUPO ÁBACO SPA & RELAX NUM HOTEL DE 5 ESTRELAS EM VALENÇA**

Um grupo de empresários portugueses e espanhóis pretende efetuar um investimento na área da hotelaria com um hotel de 5 estrelas a implantar num terreno da Avenida de Espanha, no Concelho de Valença. O referido investimento tem 3 vertentes. Um, hotel Ábaco Spa & Relax que contempla 22 quartos, 2 suites, 1 spa, ginásio, e um restaurante de charme para 50 pessoas. Um centro de congressos e negócios que visa por um lado o acolhimento de eventos culturais, empresariais, profissionais, gastronómicos e ambientais; e por outro lado a criação de uma unidade de apoio e consultoria às empresas já sediadas ou que pretendam implantar-se no nosso concelho dispondo de serviços básicos para o início da sua atividade em Valença. E um resort sénior com 18 T1+1 vocacionado para residência de 36 novos residentes de alto nível social, cultural e com elevado poder de compra. Desta intenção foi dado conhecimento ao Município de Valença para o desenvolvimento dos trâmites técnicos e processos processuais indispensáveis à sua concretização em janeiro de 2018. Daí para cá foi sendo solicitado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal de Valença aos investidores um conjunto de procedimentos aos quais foram correspondendo positivamente como, por exemplo, um projeto de alteração/redução do alvará 6/91 em vigor, que permitia a construção de cerca de 7.000m² para 38 habitações em blocos de 4 e 6 andares naquele terreno, mudando de uso residencial para turismo e comércio para permitir a construção da referida unidade hoteleira que foi apresentada. Um parecer às Infraestruturas de Portugal que referiu que nada tinha a avaliar relativamente a este investimento, uma vez que a Avenida de Espanha é municipal. Uma notificação aos vizinhos da zona para a alteração do alvará 6/91 em vigor, para possibilitar o investimento desta unidade hoteleira. Um parecer da Direção Regional de Cultura do Norte, que após avanços e recuos nos trâmites com os serviços técnicos do Município de Valença viabilizar o investimento dizendo que apenas se deveriam pronunciar na próxima fase correspondente ao projeto de arquitetura. Vários pedidos de informação prévia sobre a alteração de alvará atualmente em vigor e a disposição do edificado contemplado pela unidade hoteleira nesse terreno que levou à apresentação de um segundo e outro terceiro projeto por parte do grupo de investidores. A verdade é que todos estes avanços e recuos, a morosidade de todo o processo que se arrasta há 8 meses sem obter a aprovação e os licenciamentos necessários, além de vários ofícios enviados pelos investidores aos serviços técnicos do município e ao senhor Presidente da Câmara Municipal sem que tenham obtido resposta, ou então a tenham obtido extemporaneamente, levam neste momento a que o grupo de investidores contemple seriamente a desistência deste investimento no nosso concelho e a desenvolvê-lo num dos concelhos vizinhos. Consequentemente, e considerando que: _____

- 1) a melhoria e a diversificação da oferta hoteleira é um objetivo que todos preconizamos tendo em vista a satisfação das necessidades e anseios dos nossos visitantes e turistas e o desenvolvimento turístico e económico do Concelho de Valença com um hotel de 5 estrela de excelência que falta nos concelhos; _____*
- 2) este investimento ronda os 4.000.000,00€ e prevê a criação de 50 empregos diretos e muitos outros indiretos com um impacto positivo de mais de 2,65 milhões de euros no PIB local, sendo o maior investimento de sempre no sector hoteleiro em Valença;*
- 3) esta unidade hoteleira estima 12.264 dormidas por ano com uma estadia média no concelho de 2,5 dias contribuindo para a projeção da imagem internacional de Valença; _____*
- 4) o conceito de resort sénior prevê que a fixação de 18 casais de alto poder de compra em Valença e toda a dinâmica gerada com a visita de amigos e familiares ao longo do ano possa gerar cerca de 1.000.000,00€ para o PIB local através do consumo procedente das suas reformas e do seu património; _____*
- 5) alternativa por parte dos investidores a este empreendimento hoteleiro que correspondeu às diferentes sugestões e solicitações para a minimização do impacto visual e paisagístico, incluindo a redução da área edificada para cerca de 4.000m², é a construção em 7.000m² de 38 habitações distribuídas em 3 blocos de 4 e 6 andares permitidas pelo alvará 6/91 em vigor nesse mesmo terreno que consubstanciarium um impacto paisagístico substancialmente maior para a zona circundante da fortaleza e para uma das principais zonas de entrada e saída do nosso concelho; _____*
- 6) os investidores têm urgência na aprovação dos projetos e nos licenciamentos da obra uma vez que o investimento será viável*

através da candidatura aos fundos europeus constantes no programa incentivos turismo 2020 que está na fase final de execução. O grupo municipal do Partido Socialista recomenda ao executivo municipal, na presente sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valença que desenvolva os mecanismos previstos para a Declaração de Interesse Municipal para o investimento hoteleiro a efetuar no concelho pelo grupo Ábaco Spa & Relax que será estratégico para o futuro turístico e económico do Concelho de Valença.” _____

Terminada a leitura de todos os documentos apresentados à mesa foi solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata um **intervalo** para análise dos mesmos. Para o efeito, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs a interrupção da sessão por dez minutos, efetivada das **10h10m às 10h20m.** _____

Retomados os trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para discussão da transcrita recomendação “**Declaração de Interesse Municipal para o investimento do grupo Ábaco, um hotel de 5 estrelas em Valença**”, tendo-se inscrito o Membro Sra. Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, referiu se tratar de uma recomendação ao executivo municipal para que este desenvolva os mecanismos necessários tendentes à emissão da Declaração de Interesse Municipal ao investimento em causa que, no seu entender, deveria ter partido do promotor. Trata-se de um projeto com sucessivas alterações nas quais existem questões técnicas com necessidade de esclarecimento para a concretização de uma implantação, que é demasiado próxima da fortaleza. Mais referiu que têm todo o interesse em receber o investimento, no entanto compete à Câmara Municipal de Valença defender os interesses e valores relativos ao seu património histórico, de forma a evitar danos irreversíveis como aqueles que decorrem de decisões do passado. Termos em que o grupo municipal do PSD iria votar contra. _____

Por último, colocada a votação a moção de “**Declaração de Interesse Municipal para o investimento do grupo Ábaco, um hotel de 5 estrelas em Valença**”, a Assembleia Municipal, num universo de 28 Membros, deliberou, **por maioria, rejeitar com 19 (dezanove) votos contra** dos membros Srs. Alberto Vilas; Paulo Esteves; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Vasco Severino; Paula Natal; Isabel Vaz; Cristóvão Pereira; Ana Sanches; Fernando Lourenço; Paulo Gonçalves; Jorge Fagundes; Carlos Pereira; Manuel Brito; Francisco Romeu; António Sousa; Paulo Pacheco; Manuel Barros; Maria Ferreira e **9 (nove) votos a favor** dos Membros Srs. Vitor Oliveira; Óscar Silva; Luís Amorim; Ana Moreira; Carlos Gomes; Ivone Moreira; Cláudia Labrujó; António Dias e José Roda. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Carlos Pereira, Paulo Pacheco, Maria Ferreira, Francisco Romeu, Luís Amorim, Óscar Silva, António Dias, Ana Sanches, Paula Natal e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sr. Carlos Pereira**, após as habituais saudações, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que o informasse sobre a previsão para a finalização da empreitada de “Requalificação a Estrada de Passos_ Cerdal”. _____

Seguidamente, convidou os presentes para o evento da “Desfolhada”, a realizar no próximo dia 20 de outubro, em Cerdal, informando-os de que, à posteriori, o receberiam formalmente. Presença que o deixaria lisonjeado. O convite foi extensível a todos os Membros desta Câmara, assim como das Assembleias de Freguesia. A propósito de presenças em eventos, mencionou que o evento “Sabores do Anho”, na freguesia de Gondomil, merecia mais presenças dos membros da Assembleia e seus colegas Presidentes de Junta. _____

– O Membro **Sr. Paulo Pacheco**, após as habituais saudações, agradeceu, em nome da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gondomil e Sanfins, à Câmara Municipal pelo apoio e colaboração na realização do Festival “Sabores do Anho” que decorreu de 01 a 02 do corrente mês, com sucesso.

– O Membro **Sra. Maria Ferreira**, após as habituais saudações, agradeceu a colaboração prestada pela Câmara Municipal nas festas do Concelho que decorreram entre os dias 10 e 15 de agosto último, tendo registado com agrado a afluência dos valencianos e testemunhos positivos e a notória ausência da classe política. Apesar de considerar que, no geral, as festas foram de sucesso, o cortejo municipal ficou aquém do esperado, em termos de envolvimento e presença das freguesias, contudo agradeceu aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de Boivão, Gandra, UF Gondomil e Sanfins, Ganfei, S. Pedro da Torre e Verdoejo por terem mobilizado as suas associações a uma participação condigna no cortejo etnográfico, para além da participação da UF de Valença, Cristelo-Côvo e Arão. Aos restantes fez um apelo no sentido de mobilizarem as suas associações, na medida em que também recebem da Câmara Municipal um subsídio anual. Considera que a Câmara Municipal deveria criar um protocolo com as associações com uma cláusula de obrigação à participação nos eventos da cidade, à semelhança daquilo que sucede noutros concelhos como Ponte de Lima, com Monção, com Vila Nova de Cerveira e com Caminha, e com Viana do Castelo. É inadmissível que num Concelho com 16 freguesias, tenha existido uma representação tão escassa, inclusivamente naquelas freguesias que não existem Associações, os respetivos Presidentes da Junta deveriam ter a capacidade de mobilização de forma a formarem um grupo que representasse a freguesia, como sucede nas freguesias de Arão e Cristelo Côvo, que proporcionaram uma participação brilhante. Finalizou dizendo que deverão trabalhar para que nas festas do Concelho as pessoas se exprimam, mostrem as suas raízes e façam um cortejo etnográfico condigno ou, caso assim não suceda o mesmo não deve ter continuidade. A participação deste ano foi alvo de chacota dos concelhos vizinhos, por ter sido tão escassa. _____

– O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, mencionou que os Presidentes de Junta têm sido alvo de várias pressões relacionadas com a questão das limpezas, nomeadamente com o crescimento rápido da vegetação e para o qual os recursos de que dispõe não são suficientes para lhe fazer face. Comunga da opinião quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal refere que o uso de herbicida danifica os taludes. Associando o seu não uso à falta de recursos humanos, obriga a recurso a contratação externa para a execução de limpeza de espaços verdes, que os sufoca financeiramente, na

medida em que os preços praticados para o efeito são inoportáveis, 220,00€/km, que se forem por esta via, aquilo que recebem de subsídio de protocolo do Município é manifestamente insuficiente, porque apenas lhes dá para uma limpeza, ficando o resto do ano fica sem limpeza. Têm recorrido a candidaturas do IEFP, que apenas há uma semana foram aprovadas, com a missiva de que aos RSI *“não são permitidas atividades com carácter de autonomia/responsabilidade assumir tarefas de condução ou manuseamento de alfaías agrícolas. A prática de trabalho noturno, nem por turnos funcionem fora do horário normal de trabalho de segunda a sexta”* não lhes será permitido a utilização de “ceifeira”, nem “soprador”. Termos em que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a análise destas situações, na medida em terão que criar um quadro de pessoal em cada Junta, de forma a evitar a contratação de terceiros. Colocam a hipótese de criação de numa Associação de Freguesias, para contratação, conjunta, de recursos humanos, assim como a utilização da respetiva a maquinaria. Comunicou que para a próxima semana vai ser agendada uma reunião entre todos os Presidentes de Junta para analisarem a questão em preço. _____

– O Membro **Sr. Luís Amorim** após as habituais saudações, referiu estar surpreendido com o desabafo da D^a. Maria Ferreira, no que concerne à escassa participação das freguesias no cortejo etnográfico das Festas do Concelho, contudo é aquilo que existe a nível de cultura do Município. Perante tal desabafo colocou a hipótese de serem os colaboradores do Pelouro da Cultura a promoverem tais iniciativas de forma a liderar melhor o processo das festas do Concelho. _____

Proseguindo, tendo em conta que adquiriu um equipamento informático que não possui leitor de cd's e a documentação para as sessões da Assembleia Municipal seguem por esta via, teve dificuldade no acesso à leitura dos documentos referentes a esta sessão, pelo que sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o seu envio, por exemplo, via “email” ou via “pen”, embora tenha noção de esta seja dispendiosa para o Município, teriam que assumir o compromisso da sua devolução para nova utilização. Seguidamente, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a propósito do abordado pelos representantes da Escola Primária e Jardim de Infância de S. Pedro da Torre, dos critérios adotados na seleção da empresa que fornece as refeições escolares, se é mesma empresa do ano anterior e em que se basearam para a sua contratualização. _____

Congratulou-se com o facto de a Escola de Ciências Empresariais ter preenchido todas as vagas dos cursos existentes, no entanto continua a verificar-se a dificuldade no alojamento dos estudantes, pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre diligências no sentido de possuir uma residência para os estudantes, reforçando que o espaço da antiga Guarda Fiscal seria um bom local para o efeito. _____

Por fim, solicitou informações sobre o ponto de situação do Convento de Ganfei e do AquaPark, processos reconhecidos como interesse público municipal neste órgão, assim como da previsão de início das obras da EB 2 3 S de Valença. _____

- O Membro **Sr. Óscar Silva** mencionou que existe um assunto atual na agenda política que se prende com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2018, no dia 17 de agosto findo *“estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”*. A

transferência de competências abrange áreas como a educação, ação social, saúde, proteção civil, cultura, património, habitação, área portuário-marítimas, praias, informação cadastral, gestão florestal, áreas protegidas, etc. A transferência destas novas competências para as autarquias locais é efetuada já em 2019, admitindo a sua concretização de uma forma gradual segundo está previsto no diploma legal. As autarquias tinham prazo até ao passado dia 15 do corrente mês para efetuar a recusa da delegação, ou da transferência de competências nas áreas em que não se sentissem à vontade, ou não quisesse fazê-lo. Tendo em conta tais pressupostos, questionou em que áreas a descentralização de competências do governo para as autarquias seria uma realidade neste Concelho e quais, eventualmente, recusadas pelo Município. _____

Seguidamente, a propósito do abaixo assinado que hoje foi lido pelo representante dos pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam o Jardim de Infância/EB1 de S. Pedro da Torre, em relação às refeições escolares questionou se o Município não comprova a qualidade da prestação do serviço contratualizado com essa empresa e se está a cumprir os pressupostos do contrato. _____

- O Membro **Sr. Joaquim Dias**, após as habituais saudações, questionou o Sr. Presidente da Câmara do motivo pelo qual não respondeu aos seus e-mails, vincando que, independentemente da posição política, deverá existir seriedade e maturidade política, diferenciando todas as restantes situações. _____

Seguidamente, a propósito da intervenção que a Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre está a levar a efeito no troço de saneamento no lugar de Forte, sito Rua do Forte, Travessa do Forte, Beco do Pontilhão das Poldras e Rua de Trás da Igreja, troço da responsabilidade do Município, para a qual, apenas, possui uma autorização verbal, termos em que solicitou a sua formalização por escrito, para registo e instrução do processo. Ainda a propósito desta intervenção, endereçou ao Município um email sobre a possibilidade de analisarem a alteração das condutas de água, por se tratar de uma intervenção de fundo e considerarem um investimento para 20 anos, como tal, no sentido de precaver a rede de águas, aguarda que uma resposta concreta, por escrito, sobre se o Município pretende ou não fazer alteração do ramal existente e das diferentes ligações aos fogos existentes, como salvaguarda em caso de ruturas alheias à responsabilidade da Junta de Freguesia. Esclareceu que apenas se trata de atitude pro-ativa no sentido da prevenção. _____

Solicitou ainda uma cópia do processo completo sobre o concurso de adjudicação da empreitada da ecopista e também da previsão para iniciação das obras do parque de lazer no centro da freguesia de S. Pedro da Torre, dado ser um processo que se tem vindo a arrastar e se tratar de uma contrapartida por ordem judicial. _____

Dando continuidade à intervenção do seu colega Sr. Francisco Romeu, alertou que as reuniões para a discussão do próximo orçamento municipal sejam realizadas por forma a terem tempo de o analisar e que se preconize uma revisão do acordo de execução com as Freguesias com reforço de algumas verbas e que, nomeadamente, na questão das limpezas, permita às próprias freguesias recrutar pessoal dentro da própria freguesia, através de transferência de capital do Município para a Junta de Freguesia. _____

Ainda a propósito da empreitada supra mencionada, questionou Município se as 4 bocas de incêndios solicitadas seriam suficientes, tendo os técnicos respondido eram necessárias 4 bocas de incêndio como

Entregarei depois para posteriormente uma cópia sobre o herbicida que se utiliza, homologado. _____

- O Membro **Sra. Ana Sanches** orgulha-se de todos os eventos e atividades que têm sido realizados ao longo dos últimos meses, com um vasto programa atual, cultural e gastronómico desde os sabores de Valença, ao Festival da Lampreia, ao Sabores da Aldeia, Sabores Serranos e o Festival Anho, mostruários da gastronomia nas aldeias valencianas. Os petiscos, os pratos emblemáticos, a doçaria e os vinhos de valencianos, estiveram presentes nestas viagens pelos sabores de genuína tradição valenciana e secular. Felicitou todas as associações envolvidas na organização dos eventos supracitados que tanto se orgulham em realizar e em divulgar. Aproveitando a gastronomia como tema, felicitou o Concelho de Monção pela vitória das 7 maravilhas com o cordeiro à moda da região. Com este prémio divulgam e defendem não só a gastronomia de Monção, mas de toda a região alto-minhota. Tal como Monção, Valença também já foi premiado com o caldo verde que é transversal a todos os municípios do Alto-Minho. Deverão pensar-se em juntar iguarias e esforços para divulgação não só a nível gastronómico, como também a nível de património, como por exemplo no que diz respeito à Ecopista e à Fortaleza. Por último apelou à resolução de um problema na Avenida do Colégio Português relacionada com a localização dos parquímetros numa área de relvado em frente às “Coisas Doces”, obrigando aos seus utilizadores a pisar a zona e, principalmente no inverno, a escorregar, pelo que sugeriu que se diligencie uma solução. _____

- O Membro **Sra. Paula Natal** começou por felicitar o Município pelos eventos desportivos e culturais realizados em Valença, nos quais se verificou maior envolvimento da população, especialmente jovens dos clubes desportivos das freguesias e da cidade, na promoção e expansão da terra. Este ano, o projeto do “Rio Minho Ativo” proporcionou aos jovens um maior leque de atividades, aproveitando as excelentes potencialidades do rio, atraindo cada vez mais jovens para conhecerem mais e melhor do rio. _____
O programa de férias desportivas e culturais continua a ser uma excelente aposta, desde o “Fun kids” à “Semana do Museu”. Atualmente existe uma vasta gama de oferta a nível museológico, com muitas exposições temáticas, nomeadamente a exposição “Radiofonia, a paixão de um valenciano, Sanção Vaz”, a decorrer do dia 01 de outubro próximo ao dia 11 de janeiro de 2019. Valenciano sobejamente conhecido. _____

Seguidamente, a mudança de local do Posto de Turismo traduziu-se num salto qualitativo no atendimento ao turista e à inovação necessária à procura. A propósito de turismo, também referiu que a aposta no Caminho de Santiago fez com que Valença seja a terceira cidade escolhida para os peregrinos darem início à sua caminhada. _____

Por último, concorda plenamente com aquilo que foi dito sobre cortejo etnográfico e felicitou as pessoas da sua freguesia, Cristelo Covo, pelo empenho, trabalho e dedicação demonstrada, mais uma vez, na elaboração de um projeto extraordinário. Em Cristelo Covo existe uma associação que não recebe subsídios da Câmara, mas recebe todos os anos, com muito gosto, o projeto de Vida Ativa. _____

- O Membro **Sra Inês Ferreira** orgulha-se registar que a Escola de Ciências Empresariais, este ano, preencheu totalmente as vagas, na primeira fase, nos 4 cursos disponibilizados. Comparou a Escola

Superior de Ciências Empresariais à nascença de um bebé, que quando nasce não tem muitas pernas para andar, contudo com o apoio do corpo docente e de todos aqueles que até agora nela têm apostado, conseguiram torná-la numa escola apetecível para os alunos. Tal verifica-se através da subida nas médias de acesso ao ensino em todos os cursos que aí existem, dados estes que podem ser consultados na Direção Geral do Ensino Superior. Além de albergar, neste momento 120 novos alunos, a acrescentar aos existentes, também está a funcionar um ninho de micro-empresas. Também nessas mesmas instalações está previsto abrir a Universidade Sénior, por iniciativa do Rotary Club de Valença. Está agradavelmente surpreendida por todos os apoios que têm dado à Escola Superior de Ciências Empresariais, quer pelo corpo docente, quer pelo Município e, inclusivamente pelos Valencianos. _____

Relativamente à presença dos políticos nos eventos das freguesias, mencionou que, enquanto política que é, procura estar dentro do possível presente por considerar iniciativas extremamente interessantes, que vão às raízes da população valenciana, contudo nem sempre assim sucede por diversas razões quer sejam de ordem pessoal ou profissional, como sucedeu no evento do “Anho”, em Gondomil. Lamentou pelo facto de não ter podido estar presente no evento e acrescentou que a sua ausência apenas sucede se existir um motivo forte. _____

Prosseguindo, sugeriu que o horário de funcionamento do Posto de Turismo fosse alargado ao sábado depois da 17h00 e também estivesse aberto ao domingo, dada a crescente afluência de visitantes de diversas nacionalidades. _____

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, dizendo-lhe que a estrada de Passos implica a construção, não de raiz, mas grande parte da Ponte de Fervença, estando a ultimar o projeto desta, com previsão para a sua iniciação antes da invernia, para posteriormente dar continuidade ao alargamento da estrada para Passos. Mais referiu, para que este alargamento fosse possível os proprietários dos terrenos adjacentes cederam, a título gracioso, dois metros ao domínio público municipal. Sempre que existe uma requalificação, existe o pedido de colocação de lombas, o que não pode aceitar. Pediu bom senso neste tipo de pedidos, porque não fazem qualquer sentido. _____

Em relação aos eventos gastronómicos mencionou estarem sólidos, fruto do empenho do Sr. Vereador da Cultura, dos Presidentes de Junta e das Coletividades/Associações. Atualmente alguns já são uma referência, nacional e internacional, de sucesso. Este ano irão lançar um desafio, em termos gastronómicos, de forma à restauração ter uma atitude mais ativa num determinado prato durante 1/2 meses. _____

Em relação ao cortejo etnográfico, corrobora da mesma opinião da Sra. Presidente da UF de Valença, Cristelo-Côvo e Arão inclusivamente já colocou a possibilidade, juntamente com o Sr. Vereador da Cultura de atribuição de um subsídio à participação no referido cortejo que poderá funcionar ou não, contudo é apologista da existência de maior envolvimento por parte dos Srs. Presidentes de Junta com as

Quanto à temática das limpezas dos espaços verdes, mencionou que têm tido alguns desabafos por parte das Juntas Freguesias, devido à imposição deste novo diploma, no que concerne aos meios utilizados na mesma, obrigando as Juntas de Freguesia a contratação externa para efetuar esses serviços, tornando-se mais dispendioso. O mesmo sucedeu com o Município que, de acordo com as instruções da Autoridade Nacional de Proteção Civil, articuladas com serviços municipais, também teve que lançar um concurso público para a limpeza das zonas industriais, da estrada do Faro, cuja despesa se traduz em 2.000,00€/hectare. A DGAL proporcionou a possibilidade de os Municípios acederem a uma linha de crédito para suprimir situações decorrentes da imposição da ANPC, razão pela qual, hoje, é proposta uma alteração orçamental para acomodar uma receita dessa da linha de crédito. _____

No que concerne à dificuldade que as Juntas de Freguesias estão a ter em arranjar trabalhadores no âmbito do RSI do Centro de Emprego, tem conhecimento de que algumas das candidaturas já foram desbloqueadas. Existem algumas freguesias, como é o caso de S. Pedro da Torre, que possuem cantoneiro cedido pela Câmara, o que, no seu entender, não faz qualquer sentido uma vez que as Juntas de Freguesias têm competência delegada na matéria em apreço. _____

Em relação às questões colocadas pelo Membro Sr. Luís Amorim, nomeadamente no que concerne ao concurso para “Fornecimento de refeições escolares em regime de confeção local e transportes para os Jardins de Infância e Escolas Primárias do Ensino Básico de Valença – ano letivo 2018/2019”, informou que foi lançado concurso público por um valor acima daquilo que é referência valor base, a saber 104.000€ (cento e quatro mil euros) e a adjudicação foi feita por 99.000,00€, que se traduz num valor/refeição de 0,90€. Em termos de empresas a laborar no fornecimento de refeições não existem muitas opções, a nível nacional só existem 3. O Município tem feito o acompanhamento, semanal, do fornecimento e sempre que se verifica algum desajuste em termos daquilo que se encontra contratualizado, obriga à sua resolução imediata. Valença não tem tido problemas desta natureza, contudo tem noção de que estas empresas perante alguma exigência contratual abandonam a prestação de serviços, sobretudo, se nessa mesma área territorial perderem algum cliente forte, traduzindo-se num problema bastante grave para a entidade contratante, que de um momento para o outro se vê sem o fornecimento dos serviços contratados e que a acontecer, no caso do fornecimento das refeições escolares, ainda mais grave se torna pela necessidade de recorrer novamente a um concurso público, que como todos sabem, é moroso. Portanto numa situação destas a Câmara vê-se obrigada, para colmatar o problema a recorrer a um ajuste direto. Não é um setor de fácil gestão. _____

Em relação ao sucesso da Escola Superior de Ciências Empresariais partilha da opinião do Membro Inês Ferreira e mencionou que se lembra daqueles que no passado e até há bem pouco tempo foram cétricos em relação ao investimento que o Município fez na construção do CILV. O impacto da ESCE está a florescer positivamente, principalmente nos setores imobiliário e da restauração, sendo um importante fator de atração de alunos. A falta de alojamento provoca a subida de preço no alojamento e maior impacto nas despesas mensais do aluno, um fator de peso na escolha da universidade. _____

Em relação à residência para estudantes, foi disponibilizado um espaço ao IPVC e diligenciado junto da

Guarda Fiscal a cedência do espaço antigo posto de Valença para esse efeito, património da Direção Geral de Património, intenção que é do conhecimento do Exm^o. Senhor Ministro da Tutela. Um investimento de cerca de 30 mil euros seria o suficiente para a sua remodelação. Estão a aguardar “feedback” de todas as diligências que fizeram sobre o tema. _____

Relativamente à questão suscitada sobre o concurso para a empreitada da EB 2,3 de Valença, informou que está novamente a concurso público pelo valor base de 3.100.000,00€ (três milhões e cem mil euros), estando a decorrer o prazo de 14 dias para apresentação de propostas. Estão expectantes que o concurso não fique deserto até porque foi lançado por um valor base superior. _____

No que concerne aos investimentos de reconhecido interesse público municipal, informou que no caso do “Convento de Ganfei” o proprietário procura investidores, inclusivamente tem interesse em alienar a Quinta. Tem conhecimento de que procederam ao registo de todo o património da quinta, o que por si só já significa que existem intenções em relação ao espaço. Em relação ao “Aquapark da Silva”, informou que depois do ICNF demorar anos a analisar o projeto e o terem remetido para a CCDR, alegando falta de enquadramento nos termos do PDM para a instalação do equipamento, coloca-se a possibilidade de esperar pela alteração do novo PDM ou de o Município alterar o regulamento para que naquela classe, que para além de Infraestruturas também se possam localizar Equipamentos de interesse municipal. É uma questão de preciosismo, contudo estão em articulação com a CCDR de forma a solucionar a situação. _____

Quanto à questão colocada pelo Membro Sr. Óscar Silva sobre se o Município se pronunciou acerca da descentralização de competências da Administração Central para a Local, dentro do prazo estipulado para o efeito e em que áreas aceitou essa transferência, informou que neste Município foram recebidas circulares da DGAL e da ANMP a informar que a obrigatoriedade de pronúncia só seria após a publicação dos respetivos diplomas sectoriais que não sucedeu até ao passado dia 15 de setembro (prazo estipulado para o efeito, logo não existiu pronúncia, estando a aguardar a definição de novos prazos e dos diplomas sectoriais. Quanto à transferência de competências na área da educação, mencionou que o Município já enviou ao Governo e à ANMP a sua posição em relação às verbas alocadas ou previstas para a descentralização, mas o corpo docente não será transferido para o Município. Basicamente, falta transferir a gestão da estrutura da escola sede do Ministério da Educação para a autarquia. Quanto à Ação Social Escolar, atualmente, o Município tem competências até 4^a classe do Ensino Básico. Na área da saúde, trata-se da limpeza e segurança dos Centros de Saúde e algumas obras de manutenção. Portanto, à medida que forem publicados os diplomas sectoriais existirá um prazo para o Município se pronunciar e será assunto para deliberação em reunião de Câmara e nalgumas áreas, para deliberação da Assembleia Municipal. _____

Em relação aos emails que o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro da Torre afirmou ter enviado ao Município e não ter obtido qualquer resposta, referiu-lhe que se a autarquia recebesse tantos emails de todos os outros Presidentes da Junta não faria outra coisa senão tratar de lhes responder. Contudo, no que concerne ao email relacionado com o saneamento, informou que foi despachado para Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Sr. Eng. Jorge Azevedo, para análise e resolução, pelo que tudo

quanto se relacione com o assunto deverá resolver diretamente com o mencionado colaborador. Foi dada autorização verbal ao Sr. Presidente de Junta em apreço para apresentar o orçamento do material necessário para a obra de saneamento de forma a se proceder à respetiva compensação, via subsídio. No entanto, a autorização será reduzida a escrito. _____

Quanto à mudança de conduta de água no lugar de Forte, na Travessa do Forte, freguesia de S. Pedro da Torre, o Sr. Presidente da Junta decidiu iniciar, autonomamente, uma obra da responsabilidade do Município e no decorrer da mesma decidiu questionar a Câmara se mudaria a mencionada conduta de água, já com a pavimentação da rua prevista para próximo mês de outubro. Ora, como é óbvio, a substituição da conduta implica um investimento que não está previsto no orçamento municipal deste ano. Trata-se de uma intervenção para a qual não existiu qualquer planeamento articulado entre a Junta de Freguesia e a Autarquia. Das reuniões que tiveram sobre apoios, para aquela zona, o Sr. Presidente da Junta, apenas, lhe solicitou blocos, cimento e material afim. A falta de resposta ao email sobre o assunto, deve-se ao facto de ter sido ordenada a execução de uma peritagem às condições de funcionamento dos cerca de 500m da referida conduta de água. Pelo já mencionado, como se pode perceber não é um assunto que se resolva rapidamente. _____

Atualmente, de forma a solucionar problemas persistentes no âmbito de abastecimento de água, está a decorrer a mudança de toda a conduta na freguesia de Gandra, que vai desde a Rua D. Manuel até ao Conguedo, a expensas do Município. _____

Prosseguindo, referiu que a empreitada de “Parque de Lazer no Centro da freguesia de S. Pedro da Torre”, já foi se encontra adjudicada e iniciaria brevemente, informação que será comunicada ao Representante da Freguesia pelos serviços camarários. _____

Quanto às dificuldades com que as Freguesias se têm vindo a deparar para efetuar a respetiva limpeza de vegetação, mencionou que apesar de estar ciente da problemática, não existindo condições financeiras que lhes permita executar a limpeza com a habitual assiduidade, não o poderão fazer e deverão sensibilizar a população para que a façam, pelo menos, junto das suas habitações. Existem localidades que não fazem limpeza à vegetação com a assiduidade que este Concelho está a fazer. Para além deste Município apenas Vila Nova de Cerveira fez a limpeza de prevenção de fogos florestais. É uma vergonha que os Municípios sejam obrigados, quase coercivamente, a fazer as limpezas quando tal não se verifica pelos órgãos que deveriam dar o exemplo, nomeadamente, as Estradas de Portugal. _____

Em relação aos eventos, têm feito um grande esforço na área do desporto, na área da animação, com resultados à vista. _____

Em relação à questão colocada pelo Membro Sra. Ana Sanches sobre a Avenida do Colégio Português partilha da mesma opinião. O atravessamento das pessoas, naquela zona, é feito por cima da relva, ou seja, de forma anárquica. Para além desta situação também se verifica falta de civismo por parte dos proprietários em recolher a sujidade dos seus canídeos, quando com os mesmos vão passear. Já estão a ver soluções para o local, no entanto aceitam sugestões. _____

Terminadas as interpelações políticas, o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que seria oportuno fazer-se um intervalo, pelo que quando eram 11h50m interrompeu a sessão, para uma demonstração de

ginástica e patinagem, no âmbito da Semana Europeia do Desporto, Valença comemora, hoje, Dia do Desporto Escolar na Praça da República, na Fortaleza, tendo sido retomada quando eram 11h35m. _____ Retomada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia, da ordem de trabalhos da presente sessão, concretamente à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 1º ponto da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Maria Ferreira, Óscar Silva, Luís Amorim e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó**, após as habituais saudações, verificou, mais uma vez, que foi recebida correspondência de relevância no órgão e não distribuída, como tinha sido acordado em Assembleia Municipal. _____

Seguidamente, frisou que o prazo de 2 dias úteis para análise da documentação que vai ser discutida e votada em sessão da Assembleia Municipal não é o suficiente para o fazer com pleno conhecimento da matéria. Como é óbvio, os Membros do Executivo com funções a tempo inteiro tem pleno conhecimento de toda a matéria, no entanto os membros da Assembleia Municipal não exercem funções com a mesma natureza e todos têm a sua vida profissional e particular, por conseguinte não conseguem ter pleno conhecimento da matéria com 2 ou 3 horas que possam disponibilizar em 2 dias úteis. Termos, em que nos restantes pontos vai votar contra ou abster-se, por não ter tido tempo para os analisar. Considera que o Sr. Presidente de Mesa e todos os restantes elementos com responsabilidade nesta matéria têm que ter em atenção o mencionado, agradecendo que fosse tomado em consideração e que houvesse algum respeito. _____

Relativamente aquilo que foi mencionado nesta sessão pelo Membro Sra. Maria Ferreira, recordou que todas as coletividades/associações que pertencem a Valença do Minho, quer recebam ou não subsídios, deveriam ser parte integrante de todas as atividades culturais que são realizadas neste município, no entanto não descurando que se trata de um trabalho voluntário, ou seja, não remunerado, por conseguinte não se repercute numa obrigatoriedade para as pessoas. Todas as associações possuem plano anual de atividades e um Município organizado tem que ter as suas atividades agendadas, e saber qual é o timing de agendamento anual de cada uma das associações e propor a sua participação, atempadamente, em cada uma dessas atividades. Para um cortejo etnográfico é necessário material, pessoal, matéria-prima, transporte, logística, etc. Acabou um cortejo etnográfico, tem que se começar já a trabalhar no próximo. E deve haver essa preocupação de contactar cada uma das associações, colocar por escrito a participação e o tema a desenvolver pela associação, propor um trabalho organizado. _____

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** começou por lhe responder que em relação à falta de envio da documentação de relevância recebida neste órgão e à falta de tempo para análise da documentação que lhe foi enviada, informou-a de que compete à Mesa proceder à distribuição da documentação dentro dos prazos que estão estabelecidos pela Lei 75/2013 de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias locais) e que os mesmos são cumpridos. Todos membros da Assembleia, exceto

os que integram a Comissão Permanente, têm acesso à documentação no mesmo dia. Não existem favorecimentos, pelo que não lhe permitia tal achega. _____

Mais, frisou que não faz parte das competências do Presidente da Mesa a percepção da disponibilidade de cada um dos membros para análise da documentação que lhe é remetida. Cada um dos eleitos quando se candidatou, com certeza que tinha conhecimento que teria que abdicar do seu tempo em prol da causa pública. Em suma, a Mesa apenas pode efetuar a distribuição da documentação para a sessão após a sua receção e agendamento na reunião da Comissão Permanente, que habitualmente ocorre na véspera, à noite, do dia em que é feita a distribuição, via protocolo, para todos os membros da Assembleia. _____

- O **Membro Cláudia Labrujó** solicitou a palavra para Defesa da Honra, mais uma vez, por ter sucedido hoje o mesmo que aquando da presença, neste órgão, na sessão de junho último, do Eng. Narciso, Representante das Águas de Portugal, ou seja, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu-lhe estar a faltar ao respeito ao elemento convidado, apenas por lhe ter colocado algumas questões, quando na realidade o convidado não se considerou ofendido, no entanto a imagem que passou de si para as pessoas presentes e para aquelas que entrassem naquele momento, foi de falta ao respeito a um convidado. Termos em que lhe referiu que sabe estar de acordo com os locais e as pessoas. _____

Esclareceu que apenas sugeriu que a distribuição da documentação fosse feita atempadamente de forma a permitir a sua análise na totalidade, dado que o tempo que lhes é disponibilizado para o efeito se traduz em muito curto face ao volume de documentos. _____

Por último, frisou que muitas das vezes prescinde da sua vida pessoal para estar presente em eventos, quer sejam da iniciativa do Município ou não, a convite ou não. _____

Finalizou referindo que não foi incorreta em nada do que verbalizou e leva muito a sério o trabalho que está a desenvolver neste órgão. Apenas pretende que a sua votação seja feita com pleno conhecimento da matéria. _____

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** relativamente à intervenção da anterior oradora na última sessão do órgão, na presença do convidado Representante das Águas de Portugal, voltou a referir que a achega foi no sentido de ter referido ao dito convidado que “*estava a vender muito bem o produto dele, que merecia muito bem o salário que estava a receber, etc*”. Como é óbvio, o Representante das Águas de Portugal foi convidado para estar presente nessa sessão para efeitos de esclarecimentos adicionais, após uma breve apresentação e, não para julgamento do trabalho que executa ou das funções que exerce. _____

Relativamente à expedição da documentação da sessão, voltou a esclarecer que a recebe no dia em que se realiza a reunião da Comissão Permanente sendo por esta analisada, elaborada e aprovada a ordem de trabalhos e, expedida no dia seguinte. Só veria justificação para esse alerta se a Mesa não estivesse a cumprir os prazos e todos os parâmetros e procedimentos necessários tendentes à sua distribuição. Portanto, considera quanto à questão em apreço tudo esclarecido, não há favorecimentos nem distinções.

- O **Membro Sr. Francisco Romeu**, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que intercedesse junta da Estradas de Portugal no que concerne à limpeza das bermas na EN 101, uma vez que a altura da vegetação provoca falta de visibilidade. _____

Seguidamente, colocou várias questões, nomeadamente para quando se prevê a iniciação da empreitada de “Veigas do Minho APE”, atendendo a que consta a sua adjudicação na informação escrita; informação sobre a previsão para a Unidades de Saúde a implantar em Valença, Unidade de Saúde da Trofa e Hospital Particular de Viana do Castelo; informação sobre se está prevista a valorização do antigo campo da feira e do jardim municipal. _____

- O **Membro Sra. Maria Ferreira** congratulou-se, em relação às empreitadas que estão a decorrer na União de Freguesias de Valença, Cristelo Côvo e Arão, com a execução da obra da Travessa de Favais, inclusivamente pela satisfação que os seus residentes têm demonstrado. Também já foi iniciada a requalificação do Beco dos Cidrões, não deixando de frisar ao Sr. Presidente da Câmara que existem algumas obras que não passam da informação escrita, nomeadamente a requalificação das Rua da Escola Primária de Arão, a Rua de Ervelho, o alargamento do Beco de Catefarás, Rua do Corvo, etc. _____
Por último, alertou para a necessidade de remodelar o pavimento do recinto onde habitualmente se fazem as Festas do Concelho, antigo Campo da Feira, de forma a tornar o espaço mais condigno. _____

-O **Membro Sr. Óscar Silva** mencionou, relativamente à questão abordada pela colega Cláudia Labrujó no que concerne a favoritismos partidários e do envio atempado da documentação para análise, que em tempos também abordou essa mesma questão, no entanto já perceberam que este órgão não é o responsável por os documentos não serem enviados mais cedo. Para que tal suceda é necessário que o Município agilize o envio, com maior antecedência, dos seus documentos para aprovação por parte deste órgão, não obstante terem conhecimento de que esta agilização poderá obrigar o Município a solicitar o pedido de inclusão de novos assuntos, que teriam que ser incluídos extra-agenda na ordem de trabalhos deste órgão, no entanto tal é perfeitamente compreensível. Se todos tentarem, de certa forma, contribuir para que essa documentação possa chegar de um modo mais antecipado do que tem chegado, creio que se está a prestigiar os trabalhos desta Assembleia porque, de facto, não conseguem fazer uma análise aprofundada dos documentos como, por exemplo, do contrato da água, em 2 dias. _____
Relativamente à questão da recomendação que o Partido Socialista apresentou para a Declaração de Interesse Municipal do Hotel de “cinco” estrelas, o PSD alegou que a submissão desse documento deveria ser feita pelo promotor, o certo é que o promotor fez esse pedido. A propósito mencionou que a resposta do Município a esse primeiro pedido foi recebida pelo promotor 75 dias depois. Trata-se de um projeto estruturante para Valença e as respostas têm que ser dadas de uma forma muito mais célere, não se pode esperar 75 dias por este tipo de questões. No pedido que possui, enviado à Câmara Municipal, recebido por esta a 21 de agosto de 2018, está explícito, embora que numa linguagem “portinhol”, aquilo que efetivamente é solicitado pelo promotor_ *“nós solicitamos através de vocês o parecer da Assembleia Municipal no caso de ser de interesse municipal ou não, a criação em Valença de um complexo turístico formado por hotel, spa, congressos e centro de negócios e um resort sénior. Entendem que é uma decisão política prévia e que supera qualquer interpretação técnica. E que por isso consideram que deve ser democrática e legalmente dado a conhecer a todos os membros da Assembleia Municipal, que são os representantes dos cidadãos valencianos, para que eles se possam manifestar sobre isto”*. Questão fundamental, questionou o motivo pelo qual o Sr.

Presidente da Câmara não diligenciou os mecanismos para a Câmara propor à Assembleia Municipal a Declaração de Interesse Municipal deste investimento, de forma a se apreciar e discutir os prós e contras do projeto e votar de acordo com as posições sobre o assunto. Não se entende, que quando se diz que é necessário oferta hoteleira de excelência para Valença, para fixar as pessoas e quando surge a oportunidade de um investimento de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) num hotel de “cinco” estrelas, colocam-se tantos entraves, originando desta forma que o promotor esteja já a pensar numa solução alternativa para o investimento, ou seja, que a sua implantação seja feita noutra concelho, como por exemplo Monção, Tui, ou Vila Nova de Cerveira. _____

Quanto às questões técnicas, no início do processo, em fevereiro de 2018, foi pedido um projeto de alteração/redução do alvará 6/91 em vigor para aquele terreno. Foi dado cumprimento ao solicitado e foi apresentado um novo projeto, contudo após várias comunicações e trocas de documentos entre os serviços técnicos e os investidores, já se metia o PDM, originando confusão, atrasos e despesas suplementares para os investidores. Não bastando também foi pedido à Infraestruturas de Portugal a emissão de um parecer, quando a Avenida de Espanha é da alçada municipal. A apreciação dos serviços levou a mais um atraso que originou a que este processo se arrastasse. _____

Prosseguindo no andamento que todo este processo teve, numa reunião posterior em junho do corrente ano, com a presença da Direção Regional de Cultura do Norte, arquitetos e os engenheiros do Município, foi colocada a questão a um arquiteto se o alvará 6/91 ainda estava em vigor, que respondeu afirmativamente. Solicitado aos serviços técnicos a sua transposição a escrito não foi aceite e atrasou o processo mais 45 dias. Posteriormente, a Direção Regional de Cultura do Norte dá razão aos investidores dizendo que o alvará está em vigor e, como tal, poderiam fazer a tal redução, bem como o projeto para os 3.000m² que passou a ser a área para edificar nesse terreno. Seguiram-se pedidos de informação prévia para mudar o alvará de residencial para turístico, assim como um segundo parecer informação prévia com um segundo projeto. Evidentemente que apesar de terem existido tantos pedidos não se podem sobrepor à Lei, no entanto considera que existe, neste processo, um peso político. Considerando a possibilidade de se possuir um investimento estratégico para o futuro do turismo e da economia deste Concelho, o Município e o Sr. Presidente da Câmara têm que assumir as rédeas deste processo de forma a não existirem tantos obstáculos, nem questões pouco éticas como têm existido. Estamos num ponto de situação em que os investidores ponderam desistir do investimento. Valença ficará sem mais um grande investimento, aliás, à imagem do que aconteceu com os investimentos para o Convento de Ganfei e o AquaPark de S. Pedro da Torre, que foram declarados de interesse municipal, e dos quais não existe informação sobre o andamento da situação. Desta forma, perder-se-á uma ótima oportunidade de mudar o futuro do turismo do Concelho. _____

- **O Membro Sr. Luís Amorim** referiu os comerciantes do Centro Comercial Vale Flores alertaram a GNR – Local para a pernoita de uma sem abrigo nesse mesmo prédio, que por sua vez se deslocaram ao local para a identificação, tendo mencionado que iam reportar a situação aos Serviços Sociais da Câmara Municipal, no entanto a senhora continua a pernoitar no mesmo edifício. _____

Relativamente à rede viária, no que concerne à Freguesia de Friestas, onde recentemente foram feitas as

intervenções de saneamento básico, nomeadamente na Rua da Trofa de Baixo e na Rua do Eido Novo, a empresa deveria rever a obra de saneamento, na medida em que se verifica abatimento das terras. São várias as situações que estão a ocorrer em Friestas. É uma situação que ocorre praticamente nas freguesias, quer seja por situações de remendos de águas que rebentaram, quer seja por algumas intervenções na colocação da água pública, há imensos buracos na rede viária deste concelho. _____

Prosseguindo, alertou para a falta de limpeza dos muros da muralha, nomeadamente, quem entra pelas Portas da Coroada, logo a seguir aos semáforos existem muitas silvas/vegetação que está pendurada nos muros da muralha e que não dão grande aspeto para quem nos visita, questionando se está prevista alguma intervenção, desta natureza, nos mesmos. _____

Seguidamente, questionou se se encontra prevista alguma intervenção nos bairros sociais do Município, nomeadamente, para as freguesias de Friestas, Passos e Valença, assim como, no de Passos e no de Friestas necessitam urgentemente de uma intervenção, nomeadamente a nível das fachadas dos edifícios, a saber pintura e limpeza. _____

Por último, questionou para quando se encontra prevista uma revisão ao PDM. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira**, no seguimento do mencionado pela oradora Cláudia Labrujó, frisou que o grupo municipal do PSD tem acesso à documentação no dia em que se realiza a reunião da Comissão Permanente, à semelhança do que sucede com os restantes grupos municipais. O facto de possuir maioria neste órgão não lhe dá o direito nem de possuir a documentação antes dos restantes partidos, nem a garantia da sua aprovação, como foi anteriormente referido nesta sessão. A CDU e o PSD têm larga experiência nessa matéria, porque durante anos foram Oposição. Na altura, faziam e continuam a fazer reuniões preparatórias, assim como, supõe que o mesmo suceda com os restantes partidos. _____

A propósito de falta de informação, não faz qualquer sentido que o grupo que pretende instalar, em Valença, um hotel e ainda que pretenda que lhe seja reconhecida a utilidade pública, que apenas tenha dado conhecimento do processo a um dos partidos com assento neste órgão, pelo que questionou o motivo de não estarem munidos da mesma informação que o PS como se verificou hoje pela recomendação apresentada, ou se trata de “lobby” ou falta de estratégia do grupo investidor. Mais não entende como a CDU aprovou uma recomendação da qual não faz ideia do que se trata nem teve qualquer conhecimento, seu entender deveria estar furiosa. Não se compreende a tomada de posição. Verificam-se algumas incongruências e contradições, em que pessoalmente, se sente discriminada negativamente, como é óbvio, por este grupo se “borrifar” quando sabia, à partida, que se os convencesse, por aquilo que o supracitado Membro referiu, estaria aprovado. _____

Finalizou, alertando para que de futuro todos se referissem à EB 2 3 de Valença de uma forma correta, ou seja, Escola Básica e Secundária Muralhas do Minho. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por informar o Membro Cláudia Labrujó, no que concerne ao acesso à documentação que o órgão executivo envia para a Assembleia Municipal para

aprovação, que o Município solicita, logo que hajam os respetivos acórdãos em Câmara, o pedido de inclusão de documentação ao órgão deliberativo na sessão que se realize no imediato, que por norma ocorre dentro do mês em que é solicitado. Tanto quanto tem conhecimento o seu agendamento é feito na reunião de Comissão Permanente imediata que se realiza dentro do prazo estipulado no respetivo Regimento e dentro da Lei. _____

Seguidamente, informou que o Município recebe no início do ano o plano das atividades das coletividades, com as quais, apesar de serem autónomas nas suas atividades, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura reúne e articula a sua participação em eventos do Município. No caso do cortejo etnográfico, não se justifica que não haja mais participação, uma vez que, existe conhecimento antecipado da sua realização. O trabalho de sensibilização junto das coletividades/associações à participação no cortejo e demais atividades também deverá ser desenvolvido pelos Srs. Presidentes de Junta. O papel do Município será sempre o de incentivar e nunca de impor. Por outro lado, no que concerne à vinculação do subsídio à participação no cortejo, apenas poderão condicionar a atribuição de uma parte do subsídio anual, no entanto não considera que seja o mais correto, porque incorre numa ditadura/obrigação. O ideal seria o voluntariado de todos. A ponderação é chave do Município nesta matéria. _____

No que concerne à falta de limpeza das bermas por parte da EP, que o Membro Sr. Francisco Romeu mencionou, informou que está a decorrer um concurso público para o efeito. Aguarda o visto do Tribunal de Contas para fazer a grande operação de limpeza. _____

Quanto à empreitada de “Veigas do Minho APPE – Valorização e Interpretação do Sítio de Importância Comunitária – Rio Minho”, informou que decorreu por concurso público e já foi adjudicado, encontrando-se apenas por demarcar o terreno junto ao Rio Minho. _____

Prosseguindo, quanto às valências, ao nível da saúde, previstas para Valença, mencionou que se prevê a abertura da Unidade de Saúde da Trofa, para próximo ano, para setembro, com todas as valências e inclusive com blocos operatórios. _____

Quanto à intervenção no campo da feira e no jardim municipal, mencionou que, apesar de no passado ter sido objeto de um concurso ibérico de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros), aprovado, atualmente não existem fundos comunitários para o efeito, pelo que a intervenção terá de ser executada a expensas do Município. No que concerne à Avenida de Cristelo, o plano de mobilidade urbana implica uma alteração significativa da mesma, que vai desde as Portas do Sol até ao Centro Coordenador de Transportes, abrange estação de caminho de ferro, ligação à universidade, criação de novas ciclovias, novas zonas pedonais. _____

No que concerne à intervenção no piso do antigo Campo da Feira é uma situação que já tem sido colocada pelo Sr. Vereador José Monte, contudo trata-se de um espaço que é do domínio Ministério da Guerra, património do Estado. Atualmente, o Município conta com o espaço, durante o ano, como a grande área de “reserva” de estacionamento para situações de períodos mais críticos. A pensar-se numa futura requalificação, ter-se-á que compatibilizar os diversos fins a que se destine a utilização do espaço, assim como, pensar-se numa solução para toda a sua área envolvente, nomeadamente para a Rua dos Mortos. Trata-se de uma intervenção dispendiosa, que ao fazer-se será por fases. Depois da

requalificação da Avenida de Cristelo, terão que avançar para esse espaço. Quanto ao Jardim Municipal seria importante, no seu entender, modificar o espaço e criar uma praça, no entanto para o efeito seria necessário retirar o atual gradeamento, ideia que não agrada a algumas pessoas. Trata-se de uma intervenção para a qual também não existem apoios comunitários e para a qual o Município não tem arcaboiço financeiro. O Município teve obras de grande peso financeiro como sendo o CILV. Atualmente para a requalificação e modernização da Escola Secundária de Muralhas do Minho, património do Estado, foi celebrado um acordo para esse efeito com o Ministério da Educação, que se traduz para o Município num peso financeiro elevado. _____

Depois em relação à rede viária municipal existem algumas situações identificadas, nomeadamente na freguesia de Boivão, no lugar de Lordelo, na Freguesia de Cerdal, na zona centro da Cidade na Freguesia de Gandra, que devem passar por requalificação nalgumas zonas e criação de zonas expansão urbana noutras. Não adianta fazerem-se intervenções que não tenham drenagem de águas pluviais, o que por si as torna mais dispendiosa. No caso do Beco do Catefarás, pretende-se o alargamento da rua e como tal tem efetuado diligências no sentido de acordos com os respetivos proprietários dos terrenos. _____

Quanto à requalificação da Rua da Escola Primária de Arão, mencionou que está prevista desde a Caminho de Ferro até à Repsol, trata-se de uma obra que financeiramente exige muito esforço do Município, pela necessidade de requalificar as redes de saneamento e pluvial. Está convencido que ainda este ano será lançado o concurso de saneamento, esse concurso de saneamento inclui também a expansão da rede de saneamento para Verdoejo, Ganfei e Cerdal. _____

Em relação à Escola Básica e Secundária de Agrupamento de Muralhas do Minho, como já o referiu está em concurso e com a convicção de que este não fique deserto nem apresentem propostas acima do valor base. O Município fez uma revisão aos projetos, especialmente no que concerne às climatizações e ventilações onde o investimento é muito pesado, em especial na interligação entre o corpo novo e os blocos existentes. Melhoraram na arquitetura e o que pouparam na ventilação, reforçaram novas soluções arquitetónicas, que não são suscetíveis de combustão. O concurso foi lançado por 3.100.000,00€ (três milhões e cem mil euros). _____

Relativamente à questão levantada pelo Membro Sr. Luís Amorim, no que concerne aos sem-abrigo, mencionou que estão assinaladas três situações que deambulam no miolo urbano. A situação mais complicada de resolver é o caso da senhora de Valença que todas conhecem, já diligenciaram no sentido de internamento nos serviços de psiquiatria do Hospital de Viana do Castelo, no entanto não consideram que seja caso para tal e, também não aceitam o internamento compulsivo nem com o apoio do Ministério Público. Uns têm família, mas querem viver dessa forma, outros ficam de passagem. Quanto ao terceiro caso, mencionou não ter conhecimento. _____

Quanto à revisão do PDM prevê que seja proposto, à próxima Assembleia Municipal, o início de procedimento de acordo com as orientações em termos de Ordenamento do Território, com as alterações que se afiguram profundas nas classificações do solo. _____

Seguidamente, mencionou que é normal que na obra depois de executada haja abatimento de terras e seja necessário proceder a reposição e pavimentação. Habitualmente sucede em zonas muito permeáveis. ____

Proseguindo, já foram dadas orientações aos serviços para diligenciarem a alienação do Bairro Social de São Pedro da Torre, com o objetivo de financiar a recuperação dos outros bairros sociais e criar outras habitações distribuídas por algumas freguesias. Não existe interesse em construir mais bairros sociais. _
Finalizou, referindo que a empresa contratada para a limpeza dos muros da muralha está a executar o serviço que é moroso num amuralhado extenso. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido. _____

- **O Membro Cláudia Labrujó**, a propósito de ter votado com alguma ligeireza a transcrita recomendação, sem qualquer informação, esclareceu o Membro Sra Inês Ferreira que, como nome assim o indica, apenas se trata de uma recomendação_ *“Desta intenção foi dado conhecimento ao Município de Valença para o desenvolvimento dos trâmites técnicos e processuais indispensáveis à sua concretização em janeiro de 2018.”* Do documento, em posse do Sr. Óscar Silva, verificou que pela data de entrada nos serviços e por um *email* que consta nos documentos da sessão, o Sr. Presidente da Câmara não poderia ter tido conhecimento, porque estava de férias. Quando referiu que a documentação é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores em funções a tempo inteiro, em momento algum referiu que alguns membros desta Assembleia tivessem acesso à documentação antecipadamente em relação a outros. Não admite tal especulação relativamente à sua intervenção sobre esta questão. _____

A propósito do acesso à documentação mais atempadamente para uma análise mais alargada, sugeriu a realização da reunião da Comissão Permanente com mais antecedência em relação à realização da sessão, porque a possibilidade de agendar assuntos extra agenda está prevista, assim como, a suceder poderão dar conhecimento dessa necessidade. _____

Seguidamente, solicitou informação acerca dos processos judiciais nºs 2, 4 e 15, assim como, no que concerne aos compromissos plurianuais, informação acerca da empresa “Transportes Santa Bárbara”, a quem foi adjudicado o transporte escolar em regime de circuito especial, ano letivo de 2018/2019, assim como, informações sobre a finalidade da empreitada da Ecovia da Veiga Norte do Rio Minho, NARON. _

Antes de dar a palavra ao orador seguinte, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a inclusão de assuntos, apesar de legalmente possível, deverá existir apenas de uma forma extraordinária, frisando que se existe dificuldade na análise dos documentos recebidos com a antecedência sobre a realização da sessão, como foi anteriormente referido, por falta de tempo, muito maior dificuldade existirá se existirem inclusões no próprio dia. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva** alertou o Sr. Presidente da Câmara para a falta de resposta à questão que colocou sobre o “Hotel”. A Direção Regional de Cultura do Norte considera o mencionado alvará em vigor e, por conseguinte, pode ser feita a redução para apresentar o projeto de arquitetura para o hotel. No entanto, verifica-se que os serviços técnicos da Câmara voltam a pedir um novo parecer à Direção Regional de Cultura do Norte, que o emite dizendo que apenas se devem pronunciar na fase correspondente ao projeto de arquitetura. Não entende os obstáculos que estão a impedir a instalação de

um investimento importante para o concelho. Relativamente àquilo foi ouvido, a alternativa contempla a construção de 38 habitações em blocos de 4 e 6 andares, o que o preocupa porque, se estão preocupados com a área envolvente, a fortaleza, uma construção, num espaço de 3.000m², o que será com uma construção no espaço de 7.000m². Considera a alternativa muito pior do que qualquer questão paisagística associada à implantação do hotel. _____

Quanto às insinuações feitas pela Senhora Deputada Inês Ferreira relativamente a “lobys”, mencionou que o *lobby* do Partido Socialista é a defesa dos interesses de Valença e dos Valencianos, não existem interesses ocultos nesta questão, aliás a Vereadora do Partido Socialista, Sra. Anabela Rodrigues, após ter tido conhecimento através de moradores da zona que já tinham sido auscultados para o efeito, colocou algumas questões em diversas reuniões do executivo camarário, para as quais não obteve resposta. Pela mesma foi sugerida a realização de uma reunião em que estivessem presentes o Sr. Presidente da Câmara, os serviços técnicos e os investidores ou o seu representante, de forma a agilizar todo este processo, no entanto não existiu abertura para tal. Portanto, encontram-se esclarecidos relativamente à questão. Perante a falta de soluções do Município e constantes atrasos nas respostas aos *e-mails* e aos ofícios, o proponente, em desespero, considerou que os eleitos para a oposição deveriam ter conhecimento desta situação e interceder junto do órgão decisório. Concluiu que o Sr. Presidente da Câmara tem que ter conhecimento do processo através da comunicação interna, assim como, enquanto líder da Concelhia do Partido Social Democrata em Valença, todas as questões colocadas pela Deputada Sra. Inês Ferreira, relacionadas com este investimento, teriam que lhe ser direcionadas, nomeadamente o motivo pelo qual durante estes meses todos não deu satisfação aos órgãos concelhios do seu partido. Certamente que se o Executivo propusesse à Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse municipal ao investimento em apreço, todos os seus Membros teriam acesso a todos os documentos, a todas as questões que foram acontecendo durante este período de 9 meses e todos estariam em pé de igualdade para conseguir debater o tema com a importância que tem para o concelho. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** questionou porque é que no momento da apresentação da recomendação o Membro Sr. Óscar Silva não se inscreveu para lhes apresentar todos esses dados, antes de terem votado contra a citada recomendação, que o efetuaram por não possuírem informações. Mais, quando foi dito pelo seu antecessor que o Sr. Presidente da Câmara tinha que informar a Comissão Política e todos os membros do Partido Social Democrata de todas as decisões que vai tomando todos os dias a toda a hora, esclareceu-o que o Sr. Presidente da Câmara, distingue o exercício das suas funções na Câmara, como defensor dos interesses de Valença, daquilo que é a estrutura partidária que o apoiou nas eleições. Os promotores se tinham interesse em que a questão chegasse à Assembleia Municipal para sua discussão deveriam ter alargado o conhecimento de todo o processo a todos os Grupos Municipais. _
Quanto à falta de tempo para proceder à leitura e análise de todos os documentos que são recebidos, mencionou à Sra Cláudia Labrujó que o mesmo sucede quando são confrontados com moções e recomendações que têm que apreciar e decidir no momento. _____

Terminada a segunda ronda de intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**

Municipal, o qual começou por referir ao Membro Sra. Cláudia Labrujó que o processo judicial nº 2 da ARS, relativamente ao encerramento do SAP, aguarda sentença. Quanto ao processo número 4 trata-se de um diferendo com as Águas do Norte relativamente a uns projetos que foram feitos em 2001, 2002, em que solicita o pagamento de 81.477,84 € acrescidos de juros vincendos. Em relação ao processo o número 15 é um diferendo entre vizinhos na Avenida Miguel Dantas, relacionada com uma servidão em que o autor solicita a condenação à pratica que ordene a retirada do contador de água do local onde se encontra instalado. _____

Quanto à questão suscitada sobre a empresa de “Transportes Santa Bárbara”, informou que o Município lançou um concurso público para transportes escolares, por circuito. A empresa Transportes Courense foi arrematadora em quase todos os circuitos, à exceção de um que foi ganho pela empresa de Transportes Santa Bárbara, no qual existiu desempate por sorteio. _____

Quanto à empreitada de “Veigas APPE” foi lançada por concurso público e adjudicada à empresa NARON. Cumpriu todos os parâmetros exigidos no programa de concurso e caderno de encargos e apresentou o preço mais baixo em relação às demais. _____

Em relação à intenção/projeto de investimento, clarificou que reuniu duas vezes com o procurador dos investidores que apresentou as condições em como a operação para aquela zona era aceitável. No entanto, trata-se de um loteamento que apesar de possuir alvará aprovado, há cerca de 27 anos, para construir o edifício rés-do-chão mais 5, atualmente, o plano diretor municipal aprovado para aquela zona apenas prevê a possibilidade de construção de um rés-do-chão mais 1. Trata-se de uma alteração ao loteamento que implica a emissão de autorizações/autorizações por parte de todos os coproprietários, do Município, da Direção Regional de Cultura do Norte e ainda por parte da EP por também existir uma proposta de das entradas do loteamento. No entanto o procurador dos investidores continua a insistir de que o alvará lhes dá poderes de rés-do-chão mais 5 para habitação. A última proposta analisada altera a configuração, passando para 3 blocos de rés-do-chão mais 2, no entanto a estrutura mantém-se com cave, rés-do-chão mais 5 pisos. Dificilmente aprovará uma licença para aquela zona desta forma, porque entre os direitos que os promotores têm atualmente e uma proposta aceitável para aquele espaço que é uma zona de proteção da fortaleza, seria no máximo rés-do-chão mais 2, no entanto existe insistência por parte do promotor em manter rés-do-chão mais 4, que visto da estrada se torna num mais 5. Por muito que lhe custe não se pode aprovar, o urbanismo tem regras. Um investidor é sempre bem recebido desde que compatibilize a lei com os direitos que possui. A maior parte da área de construção não é hotel, porque na memória descritiva, 1/3 é o hotel e o restante um projeto imobiliário a que lhe chamam residências, T1. Contudo não tem nada a obstar, os promotores também têm que rentabilizar o património. Proferiu despacho a projetar indeferir o pedido, no dia 28 de agosto, dispondo os interessados de 10 dias para contestar a intenção, caso assim o entendam. _____

Não se pode reconhecer interesse municipal a uma intenção, o querer alterar o loteamento não é um projeto em concreto, que a efetivar-se será agendado e discutido em reunião de Câmara e submetido a decisão da Assembleia Municipal. _____

Como prova de que recebe todos os investidores, há cerca de duas semanas, pelo Município foram

Pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó foi questionar quantos andares ficariam à superfície e se a cave também conta como um piso, bem como, o que refere o plano do urbanismo, atenta a que a licença é de 1991 provavelmente já não podem construir o que estava planeado nessa altura, porque houve uma revogação de um plano urbanístico e a aprovação de um novo. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que visto do lado da Avenida de Espanha são 5 pisos, cave é muito alta, rés-do-chão, primeiro, segundo, terceiro piso. Atualmente não é permitido construir naquela área as frações a que a proprietária tem direito. _____

Finalizados os esclarecimentos, **a Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de agosto de 2018, assim como, da listagem dos processos judiciais pendentes em 20/09/2018 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; do Apoio às freguesias entre o período de 01/01/2018 e 30/06/2018 e dos compromissos plurianuais assumidos entre 21/06/2018 a 18/09/2018. _____

PONTO 2º – TAXAS MUNICIPAIS PARA 2019

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 06 de setembro corrente, foi apresentada a proposta de taxas municipais para vigorará em 2019, para a respetiva fixação por parte deste órgão deliberativo. _____
Termos em que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira para as respetivas intervenções. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva** mencionou que o Grupo Municipal do Partido Socialista por se tratar de uma manutenção das taxas do ano 2018 para fixar em 2019, iria votar a favor à semelhança do transato ano, numa perspectiva de atração e de fixação de mais e novas empresas, que dependendo também do contexto económico e da necessidade de redefinição da estratégia política relativamente ao sector empresarial e industrial, a taxa de derrama poderá ou deverá ser alvo de discussão política, e se for caso disso ajustá-la, à semelhança do que sucedeu para a fixação de uma tarifa social para a água, fruto da nefasta parceria que aumentará de forma evidente o preço de um bem essencial como a água a pagar pelos municípios Valencianos. _____

O Membro **Sra. Inês Ferreira** apesar de se ter inscrito para intervir, prescindiu do uso da palavra. O mesmo sucedeu com o Sr. Presidente da Câmara Municipal. _____

Termos em que se procedeu à votação do **2º PONTO – TAXAS MUNICIPAIS PARA 2019**, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, num universo de **22 membros**, aprovar, por unanimidade, a fixação das seguintes taxas municipais para 2019: _____

1. Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI: _____

1.1. Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI: _____

- Prédios Rústicos: 0,8% (artigo 112.º, n.º 1 al. a)); _____

- Prédios Urbanos: 0,3% (artigo 112.º, n.º 1 al. c)). _____

1.2 No âmbito de uma política global de recuperação e revitalização da Fortaleza de Valença e de incentivo ao arrendamento: _____

1.2.1 Elevar ao triplo as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas, tal como definidos em diploma próprio, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença. _____

1.2.2 Majorar em 25% as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença e espaço confinado até ao Limite da Zona Especial de Proteção da Praça Forte de Valença do Minho (ZEP – D.G., II Série, n.º 290 de 13 de dezembro de 1958).

1.3. Na sequencia da alteração introduzida pela Lei do orçamento de Estado para 2016 ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no sentido de permitir fixar uma redução fixa, atendendo ao numero de dependentes que compõem o agregado familiar, nos casos em que se trate de imóvel destinado a habitação própria e permanente. _____

1.3.1 Fixar uma redução de: _____

- 20 € para as famílias com 1 dependente a cargo; _____
- 40 € para as famílias com 2 dependentes a cargo; _____
- 70 € para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo; _____

2. **Taxa de Derrama referente a 2018 a cobrar em 2019:** _____

- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios superior a 150.000 euros; _____
- 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios inferior a 150.000 euros. _____

3. **Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2019:** _____

Taxa de 2% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial (bonificação municipal de 3%) _____

4. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP para o ano de 2019:** _____

- Taxa de 0,25% _____

5. **Relativamente aos benefícios fiscais e medidas de incentivo à reabilitação urbana do Centro Histórico de Valença e da Área Central da Cidade de Valença**, estes encontram-se definidos nas ARU's respetivas, aprovadas na Assembleia municipal de 30 de setembro de 2015” _____

PONTO 3º- SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2018

PONTO 4º PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018 DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 20 setembro corrente foi apresentada para aprovação segunda revisão orçamental ao Orçamento e Grandes opções do Plano de 2018, assim como, foi apresentada a prestação de contas do primeiro semestre de 2018 para conhecimento. _____

De acordo com a deliberação da comissão permanente, estes dois pontos iriam ser discutidos em conjunto, termos em que o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 3 e 4º pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs Óscar Silva e Inês Ferreira. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva** em relação à segunda revisão orçamental para 2018, considerando a necessidade de reajustamento nas respetivas dotações no montante de cerca de 51.000,00€ (cinquenta mil euros) que se deve à aprovação, na última sessão deste órgão, da candidatura a uma linha de crédito para manutenção das redes secundárias e gestão de combustível, não previstos no orçamento para 2018, referiu que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar a favor. _____

Relativamente à prestação de contas do 1º semestre de 2018, trata-se de um documento que visa o cumprimento de formalidades legais sobre as contas do município até 30 de junho de 2018. No entanto, apesar de ser um documento contabilístico, permite retirar um conjunto de leituras daquilo que foram as opções políticas levadas a cabo pela gestão do Município de Valença. O Executivo Municipal usa, como chavão, o equilíbrio das contas_ os resultados positivos ocorreram à custa de acréscimos e deferimentos, continuando os resultados operacionais negativos. O regozijo do Município de uma dinâmica empresarial pro-ativa, não se vislumbra, porque se repararem no valor obtido, através da taxa de derrama, constatam, neste semestre, uma diminuição de 15.000,00€ (quinze mil euros) comparativamente ao ano anterior, sinonimo de estagnação ou retrocesso empresarial e económico. _____

Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dito em reunião do executivo que aumentaram o imposto municipal sobre transações para 322.000,00€ (trezentos e vinte e dois mil euros), contudo trata-se de uma situação conjuntural, que deriva da febre do imobiliário, não significando por si só desenvolvimento económico, exportações, nem investimento produtivo. A propósito recordou o que sucedeu em Portugal e em Espanha com o rebotamento da borbulha imobiliária e os efeitos que a crise em 2007 e 2008 tiveram na Península Ibérica. No sector imobiliário as transações dependem muito da conjuntura. As opções políticas e as estratégias estão bem vincadas. O Executivo Municipal levanta a bandeira do equilíbrio das contas, mas abdica do investimento numa estratégia a médio e longo prazo para o desenvolvimento do Concelho de Valença, não sendo de admiração o facto de Valença andar pela cauda do distrito nos mais diversos indicadores socioeconómicos. _____

Uma grande gestão municipal é aquela que consegue estabelecer um equilíbrio entre o rigor orçamental e o investimento para o crescimento do concelho, não basta centrar-se num parâmetro e negligenciar o outro, e para tal é necessário uma estratégia política bem definida que tem faltado por parte deste Executivo. _____

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** começou por referir que a revisão orçamental decorre da linha de crédito, pelo que solicitou informações ao Sr. Presidente da Câmara acerca a mesma. _____

Prosseguindo, no que concerne à prestação de contas do primeiro semestre de 2018 do Município de Valença, apesar de os Srs. Vereadores da Câmara terem associado a diminuição da derrama com quebra de investimento, considera que para quem dominar as contas públicas, tem ao seu alcance dados que a

justificarão. Relativamente o Imposto Municipal sobre Transmissões, mencionou que o seu resultado acompanha a conjuntura económica do País. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os pertinentes esclarecimentos. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a derrama é apurada anualmente, no entanto comparados os semestres, no mês de agosto subiu mais 60.000,00€ (sessenta mil euros) do que o esperado. Todos os meses se recebe receita de derrama, por existirem procedimentos em litígio ou em apuramento entre as empresas e a Inspeção Geral de Finanças. A receita mais substantiva ocorre durante o mês de maio. Em relação ao IMT e à Derrama, há um ano atrás a oposição apresentou o argumento de que a falta de receita se devia à falta de dinamismo do executivo, no entanto, na altura, a derrama tinha aumentado no primeiro semestre estando ambas taxas em consonância com o maior dinamismo do sector privado no Município. O Alto Minho tem vindo a captar muito investimento do sector industrial, a título de exemplo, a “Autometal”, que fabrica plataformas para o Peugeot, a base do chassis, com trabalho garantido até 2028. São investimentos que, uma vez captados, estarão sempre em produção. É um investimento de um grupo italiano que vai ocupar as instalações da antiga BorgWarner. E, portanto, no final do primeiro trimestre de 2019 querem ter a unidade pronta para produzir no final do primeiro semestre. Trata-se de um grande investimento com perspectiva de aquisição das instalações que, a suceder, as receitas provenientes da aplicação da taxa de IMT aumentarão exponencialmente e poderão ser investidas nas ligações rodoviárias ao parque empresarial. Por outro lado, a empresa “Trimar” que começou a laborar há pouco mais de um ano, já está a construir a segunda nave do grupo no mesmo lote, para fornecer, com mais acutilância, um grande fabricante de máquinas pesadas, a “Volvo”. Não possui muitos postos de trabalho, mas trata-se de uma empresa, tecnologicamente, muito avançada a exportar internacionalmente. _____

Mais, a Unidade dos Alumínios, ainda em construção, já vão acoplar uma outra nave para instalar uma máquina que está em fabrico e montagem há 6 meses, bem como, na Lear se verifica uma alteração substancial do seu sistema produtivo, nomeadamente com a reconfiguração do seu *layout* interno. Portanto o Município não está em estagnação na atração de novos investimentos, como referem. _____

Em relação às taxas municipais para 2019, propõe a sua manutenção. Apesar de terem feito a análise para aumento da bonificação em sede de IRS, resolveram manter de forma a poderem implementar algum apoio, em termos de tarifa social, para a água, decorrente da nova Parceria. _____

Em relação ao mencionado pelo Sr. Óscar Silva sobre se dar mais apoios sociais, o Município já proporciona, nomeadamente, na área da educação, desde o transporte, às cantinas, às AECS, desporto escolar, manuais, bolsas de estudo, etc. Setor no qual as famílias são mais apoiadas. Por exemplo, só para as bolsas de estudo, o Município atribuiu 50.000,00€/ano, assim como, apoiam as IPSS através de convénios com o Ministério da Ação Social, do Emprego e Segurança Social. _____

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi procedido à abertura da segunda ronda, não existiram intervenções. Colocado à votação a segunda revisão orçamental para 2018, a Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2018
atenta à informação financeira nº DEF 047 datada de 17/09/2018, deliberou, por maioria, num universo de **24 (vinte e quatro)**, com **23 (vinte e três)** votos a **favor** e **1 (uma) abstenção** aprovar a mencionada revisão. _____

A Assembleia Municipal apreciou a prestação de contas do 1º semestre de 2018 do Município. _____

PONTO 5º- PARCERIA PÚBLICA ENTRE ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS

PONTO 6º-__MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES DE EXPANSÃO OU REABILITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E A ADAM – ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal informou que também em reunião da Comissão Permanente foi deliberado que os pontos 5º e 6º fossem discutidos em conjunto e votados por separado. _
Termos em que foram presentes ambas pontos sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de 06 de setembro corrente, tendo para os mesmos sido solicitado que o Sr. Presidente da Câmara faça a sua intervenção antes dos oradores, termos em que, não tendo existido oposição a esta metodologia, foi-lhe dada a palavra. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal mencionou que estiveram cerca de um ano em negociações com o Governo, com avanços e recuos, fruto das dúvidas, inquietações e contributos de alguns colegas, e inclusivamente de membros (juristas) de outras Assembleias Municipais, que levantaram algumas dúvidas à questão do equilíbrio entre os parceiros e ao facto de as Águas de Portugal, através das Águas do Norte, terem uma participação de 51%, assim como, em caso de resolução, denúncia ou caducidade, se teriam de indemnizar de forma abusiva. Pressionaram o Governo para que o conceito de indemnização saísse do protocolo passassem para um conceito de compensações, que em sede do tribunal arbitral é substancialmente diferente. As alterações que o Município de Valença conseguiu no contrato de parceria e no contrato de gestão, sobretudo na denúncia e caducidade proporciona-lhe mais equilíbrio em relação ao parceiro que assumirá toda a responsabilidade financeira na contratação de empréstimos, não incorrendo para endividamento municipal. _____

Na comissão de parceria, constituição, conselho de administração, apesar de Valença ser minoritária, está em igualdade de circunstâncias. A gestão da empresa vai ser feita por todos os Municípios, pelo que essas pequenas alterações são de terminologia jurídica, são pequenos preciosismos, mas que, em sede de algum litígio poderão fazer a diferença, numa possível indemnização ao parceiro. _____

Relativamente ao protocolo, informou que após a constituição legal da empresa, os Municípios aderentes podem candidatar-se como de entidades adjudicantes, no âmbito da CIM Alto Minho. Existe um conjunto de investimentos a serem executados nos próximos anos de cerca de 3.000.000,00€ (três milhões de euros), no âmbito desta candidatura de apoios comunitários POSEUR. Os Municípios agregados terão vantagem nas candidaturas em relação aos que estejam isolados. _____

Nesta empresa existirá um conselho de administração que proporá a tarifa a aplicar no primeiro quinquénio à ERSAR para a respetiva fixação e, caso todo o investimento não esteja refletido na tarifa,

Neste momento surgiu um pedido de esclarecimento do **Membro Sra Cláudia Labrujó**. Termos em que no uso da palavra, questionou se este contrato se mantinha na mesma pelos 30 anos, o que é que que tinha alterado, além da terminologia jurídica, relativamente àquilo que por si foi apresentado na última Assembleia, que foram as mesmas preocupações do Membro Sr. Paulo Esteves, e se seria conveniente ouvir este Membro proferir a sua opinião relativamente a este contrato. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu-lhe que, em relação às questões que levantou na última sessão, nomeadamente do pessoal, estão sanadas. Até à aprovação na última sessão da Assembleia Municipal havia uma grande celeuma em relação aos trabalhadores, à privatização, que entretanto já decorreram cerca de 2 meses e nunca mais se falou do assunto. _____

Em relação à terminologia, mencionou que não tem o mesmo significado indemnização e compensação. Uma indemnização incorre de um dano causado e uma compensação deriva de ganhos não expectáveis, que sucedam. _____

Em relação à eventual privatização suceder no contrato de parceria, este acabaria e resolveriam o mesmo com as Águas de Portugal. Atualmente se Entidade Gestora da Parceria vender a sua quota, os Municípios têm a obrigação de adquirir as ações pelo valor estipulado no contrato, podendo concessionar novamente essa operação. _____

Terminada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva**, relativamente às alterações efetuadas ao contrato de parceria original, considera que não existem alterações, substanciais, às questões que levaram, anteriormente, ao voto contra desta parceria por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista neste órgão. Tratam-se de alterações de pormenor que resultam de desenvolvimentos sobre as tais cláusulas trigésima a trigésima segunda do contrato, que dispõem sobre a resolução, denúncia e caducidade deste contrato. Continuam, portanto, a considerar este acordo nefasto para os interesses de Valença e dos valencianos, que se perdeu uma oportunidade para rever as questões de fundo que dele constam e que tornam este Município, os próximos Executivos e a próxima geração de valencianos reféns de um mau acordo para 30 anos pelas razões que foram invocando neste órgão, a seu tempo, e nas distintas intervenções que o PS foi fazendo sobre o tema também nas reuniões do Executivo Municipal. A cláusula trigésima do acordo *_resolução_*, refere *_“A resolução do contrato de parceria por iniciativa dos segundos outorgantes – que são os municípios – tem de ser exercida conjuntamente por todos os municípios.”_* e *_“Pela resolução do contrato de parceria, por qualquer das formas previstas na presente cláusula, em que seja deliberada a amortização das ações a EGP subscritas pelo Estado ou pela Águas de Portugal, cada município deve pagar à EGP, na proporção aplicável, a parte da retribuição que tiver sido recebida ao abrigo do disposto no número 3 da cláusula vigésima primeira, e ainda não deduzida, capitalizada anualmente a uma taxa não inferior ao custo do capital, tendo em consideração o prazo previsto na cláusula décima.”_*, o que significa que no caso de o Município de Valença, num momento hipotético, nestes 30 anos, se manifestar descontente com este acordo e com o desenvolvimento da

parceria e desejar cessar esse acordo, não poderá fazê-lo ou poderá fazê-lo desde que os restantes 6 municípios também decidam a resolução do contrato. É uma fórmula que a empresa Águas de Portugal encontrou para garantir que este acordo será levado até ao fim durante estas 3 décadas contratualizadas, que com o valor de restituição e amortização dos municípios à entidade gestora da parceria, os municípios não vão sequer contemplar a hipótese de resolver o contrato. Quanto à cláusula trigésima primeira_ denúncia_ *“a denúncia do contrato de parceria pelo primeiro outorgante – que é a entidade gestora – determina a caducidade do contrato de gestão, a libertação das garantias prestadas pela Águas de Portugal a favor de terceiros em benefício da EGP e a obrigação de venda aos municípios das ações da EGP, subscritas pelo Estado ou pelas Águas de Portugal, pelo preço determinado segundo os termos e critérios e fórmula constantes do anexo 8 ao presente contrato”* e *“A denúncia do contrato de parceria por qualquer um dos segundos outorgantes, que são os municípios, implica, para além da obrigação de vendas das ações da EGP subscritas e realizadas pelos denunciantes, nos termos previstos nos estatutos, pelo valor nominal, o pagamento de uma compensação.”* considera que “compensação” é um eufemismo para indemnização. Mais *“Ao valor da compensação referida no número anterior acresce ainda o pagamento à EGP na proporção aplicável do valor correspondente à parte da retribuição que tiver sido recebida, ao abrigo do disposto do número 3 da cláusula vigésima primeira e ainda não deduzida, capitalizada anualmente a uma taxa não inferior ao custo do capital, tendo em consideração o prazo previsto na cláusula décima.”* – isto significa que se os municípios decidirem denunciar o contrato já têm que pagar a tal compensação, que pode ser bastante avultada, o mesmo não sucedendo à entidade gestora. Consideram que – se houvesse dúvidas, elas deixam de existir de que – este acordo é prejudicial aos interesses de Valença e dos Valencianos, pelo que votariam contra mantendo a coerência da posição que tomaram quando da aprovação da parceria entre o município de Valença e as Águas de Portugal. ____

Relativamente à minuta do protocolo de delegação e de execução de investimentos na expansão e na reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento, o Município de Valença vai ceder as infraestruturas num total de 320km de redes de abastecimento de água e 120km de saneamento. A entidade gestora irá reabilitar apenas 21,7km das redes de abastecimento de água num total de cerca de 1,1 milhões de euros, e 1,8km de redes de saneamento num total de 110.000,00€ nos primeiros 5 anos desta parceria. Investirá, posteriormente, no resto da vigência do contrato, mais cerca de 5.000.000,00€ para renovação e 1.600.000,00€ para substituição das redes, e isto configura um total de cerca de 7.700.000,00€ durante os 30 anos de vigência do acordo, ou seja, Valença terá, em média, cerca de 256.000,00€ por ano para a remodelação e para a reabilitação das suas redes de água e saneamento. ____

Além disso, como já é sabido, não existirá qualquer investimento por parte da entidade gestora na expansão da nossa rede em captações, em estações elevatórias, ou reservatórios, pelo que questionou como se vão resolver, por exemplo, os problemas que têm havido nos últimos anos no abastecimento de água da população, como sucedeu recentemente, que foi necessário recorrer à adjudicação de uma empresa privada para poder abastecer a população no Lugar das Azenhas- Ganfei._____

Na expansão das redes, foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara que o Município prevê investir cerca de 2,3 milhões de euros em novas infraestruturas com recurso ao financiamento comunitário contemplado para esta área no âmbito do programa PO SEUR, e que os municípios que estão agregados terão vantagem nessas candidaturas relativamente aos que estão isolados. No entanto é expectável que

nos próximos quadros comunitários o dinheiro disponibilizado para Portugal venha a diminuir, pelo que questionou da disponibilidade de receita para esta área nos futuros quadros comunitários, como é que iriam poder satisfazer as necessidades dos valencianos nesta área quando, por exemplo, a rede de saneamento apenas chega a 35% das habitações do concelho e que necessitam de expandir a rede. Em suma, considerando que o município e os valencianos sairão prejudicados iriam votar contra este ponto da ordem de trabalhos. _____

Dada a palavra ao **Membro Sra. Inês Ferreira**, a mesma prescindiu do seu uso. Termos em que foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para a sua intervenção. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que as infraestruturas continuam a ser do município, sendo cedida a exploração a uma terceira entidade. Portanto, findos os 30 anos, do acordo, todas as infraestruturas voltam para o município no estado de conservação em que encontrarem e com os investimentos que nelas forem executados. Verifica-se a preocupação por parte da empresa para que, nos primeiros 5 anos, exista reforço do investimento nos sete municípios, na manutenção/remodelação da rede existente e expansão de rede. Todos os investimentos que forem feitos no sector terão repercussão na tarifa. Os sistemas municipais do Município foram auditados pelo ERSAR durante os meses de julho e agosto e, o relatório reforça que até 2019/2020 todos têm que possuir uma tarifa que garanta a solvência do sistema, em termos de exploração. _____

O Município de Valença foi um dos municípios que mais ajustamento tem vindo a fazer e ainda mais fará até ao final do ano de forma a ter menor impacto aquando da agregação definitiva. _____

Quando falamos de denúncia, caducidade e resolução, estamos a falar de coisas distintas. Na resolução diz: “*Os outorgantes podem resolver por mútuo acordo o contrato de parceria.*”, podem chegar a acordo e resolvem o contrato de parceria, só se não houver acordo, se alguém quiser resolver unilateralmente. ____

Em relação à denúncia, a denúncia depois de 10 anos pode ser exercida por qualquer das partes. Nos primeiros 10 anos há regras muito rigorosas, a partir do décimo ano as partes podem realmente denunciar de comum acordo a parceria, embora tenham que compensar a entidade gestora pelo investimento executado que ainda não foi amortizado. Quanto à caducidade, findo o prazo do contrato, 30 anos, podem surgir preocupações caso venham a existir guerrilhas, contudo como todos têm interesse em manter o sistema de água a funcionar, tal não sucederá, porque os horizontes são mais favoráveis à manutenção da parceria com todos do que só com os municípios. _____

Terminados os esclarecimentos, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da segunda ronda, tendo todos os intervenientes prescindido do uso da palavra. Termos em que se procedeu à votação de cada um dos pontos. _____

PONTO 5º- PARCERIA PÚBLICA ENTRE ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS

Termos em que procedeu à votação do 5º ponto _ Parceria Pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira e as Águas do Alto Minho, e num universo de 25 (vinte e cinco)

membros, foram aprovadas, por maioria, com 7 (sete) votos contra de Paulo Esteves (este último com declaração de voto), Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Ana Tomé, Carlos Aleixo, José Rodas e Orlando Oliveira e 19 (dezanove) votos a favor, as alterações nas minutas do contrato de gestão para a Constituição da Empresa Águas do Alto Minho, S.A. e no contrato de parceria pública entre o Estado Português e os Municípios aderentes, nos termos da síntese que se transcreve e de acordo com os anexos 1 e 2 anexos à presente ata que passam a fazer parte integrante da mesma. _____

1. Introdução _____

O presente documento destina-se a resumir os desenvolvimentos à documentação que instruí o processo de criação da parceria entre o Estado e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e de constituição de entidade gestora da parceria (EGP) a integrar o setor empresarial do Estado. _____

Tendo a documentação original sido distribuída a 5 de junho de 2018 e registado desenvolvimentos decorrentes da manutenção de conversações, proceder-se-á à comparação entre a versão estabilizada das minutas com a versão que temos como original, distribuída na referida data. _____

2. Desenvolvimentos _____

2.1 Contrato de parceria e respetivo anexo VIII _____

O essencial dos desenvolvimentos resultaram das conversações mantidas em torno das cláusulas 30.º a 32.º do contrato de parceria, que dispõem sobre a resolução, denúncia e caducidade, visando uma melhor clarificação e melhor regulação dos correspondentes procedimentos, bem como responder a preocupações de maior equilíbrio, as quais se estendem ao respetivo Anexo VIII, relativo à fórmula de transmissão das ações da EGP em caso de resolução, denúncia ou caducidade do contrato de parceria.

Neste domínio merece também particular pertinência a possibilidade, e nalguns casos obrigação, pelos municípios de aquisição da participação do Estado, através da AdP, na entidade gestora da parceria – a Águas do Alto Minho – como forma de salvaguarda da continuidade da exploração e gestão integrada dos sistemas municipais. _____

Pela sua densidade, remeteram para o Anexo 1 a comparação entre a versão final do contrato de parceria e a inicial distribuída a 5 de junho de 2018, incluindo o histórico da evolução registada e um conjunto de comentários explicativos das alterações. _____

Merece também especial referência a previsão de uma maior flexibilidade no procedimento de designação substitutiva de membros da Comissão de Parceria (Cláusula 12.º) e a concretização quanto à persecução das missões de interesse público, designadamente em domínios de particular oportunidade, como na cooperação quanto à faturação dos serviços de gestão de resíduos (Cláusula 28.º). _____

2.2 Contrato de gestão _____

As alterações ao contrato de gestão foram as resultantes das efetuadas ao contrato de parceria, mais concretamente na adaptação do regime das Cláusulas 14.ª e 47.ª ao previsto nas Cláusulas 12.ª e 28.ª do contrato de parceria, bem como na correção de gralhas e remissões. _____

Sem prejuízo do disposto, remeteram como Anexo 2 a comparação da minuta final do contrato de gestão face à distribuída a 5 de junho de 2018. _____

2.3 Outros documentos _____

Complementarmente, no que respeita aos demais documentos os principais desenvolvimentos sistematizam-se: _____

a) Estatutos: a previsão de referência aos centros operacionais, tendo procedido à sua referência no n.º 3 do Artigo 2.º, em paralelo com a referência aos postos de atendimento; _____

b) Documento de enquadramento, o município de Arcos de Valdevez salientar a necessidade de uma referência no quadro 4 da página 25; _____

c) Programa técnico de Arcos de Valdevez integra um parágrafo a salientar a possibilidade de inclusão de ajustes, sem prejuízo dos limites financeiros previstos; _____

d) Anexo I do Contrato de Parceria e do Contrato de Gestão, a inclusão do plano global de investimentos em infraestruturas que foi inserido na parte final do ponto 5, a possibilidade de ajustamentos por circunstâncias supervenientes (ponto 6), como a referência no ponto 4 a necessidades identificadas posteriormente por dois municípios; _____

e) Anexo V do Contrato de Parceria e do Contrato de Gestão, eliminação da expressão, “igual ou superior a zero” no ponto 1, que não tinha sentido; _____

f) Anexo VI do Contrato de Parceria e do Contrato de Gestão, foi melhorada a redação e incluído o quadro de referência para os encargos com os serviços principais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. _____

3. Anexos _____

3.1 Anexo 1 – Minuta final do contrato de parceria com identificação das alterações face à versão original de 5 de junho de 2018. _____

3.2 Anexo 2 – Minuta final do contrato de gestão com identificação das alterações face à versão original de 5 de junho de 2018. _____

Declaração de Voto: *“Aquilo que foi apresentado hoje é uma consequência direta e necessária daquilo que se tinha passado, ou seja, estando aprovado o contrato de parceria, tinha que ser aprovado o regulamento, e, portanto, sendo certo que o regulamento foi possivelmente melhorado, acredito, mas está balizado dentro daquilo que era já o contrato de parceria. Portanto, tinha ali uma baliza que não era possível fugir. A partir do momento que estamos vinculados ao documento anterior, este documento é uma consequência direta e necessária. Portanto, tinha que ser criado.* _____

Eu continuo, na altura já tinha dito, já tinha dito, a minha única esperança era que o sócio maioritário, que é o Estado, por assim dizer, de forma indireta... o Estado é uma pessoa de bem, é ter muita fé, infelizmente, porque quem apresenta um contrato desta natureza, na minha sua opinião, não é uma pessoa de bem, por assim dizer. E é aquilo que deve dizer e aquilo que sente. _____

Desde logo há uma coisa que todos nós devíamos ter a consciência: isto vai ser uma empresa, a parceria, por assim dizer, que vai ser regida ou regulada pelo Código das Sociedades Comerciais. No código das sociedades comerciais há uma regra absoluta_ quem tem a maioria do capital social decide, quem tem a minoria é sujeito à decisão de quem tem a maioria. Nesta empresa, quem tem 51% do capital social é as Águas de Portugal, os municípios estão numa posição de inferioridade, ou seja, as decisões nas sociedades são tomadas por maioria. E, portanto, quem decide é as águas de Portugal. Os administradores, os administradores vão ser nomeados pelos sócios. Mas os acionistas que tomarão as decisões em Assembleia Geral... a Águas de Portugal terá a maioria dos

acionistas, portanto, tomará as deliberações que entender. _____

Depois há aqui uma questão manifestamente ideológica, que todos nós devemos perceber onde é que nos conduz, na minha opinião, que é o seguinte: a União Europeia, entidades estrangeiras ou supranacionais, digamos assim, o que querem estabelecer ou impor aqui é um défice zero. Ou seja, a exploração tem que, por assim dizer, custear, tem que ser custeada integralmente pelo consumidor. E passa-se na água, porque é um serviço que atualmente é garantido praticamente pelo Estado, é um serviço público. É fácil de pensar, é um bem absolutamente essencial e que vai ficar numa situação monopolista. O mesmo não se passa na energia elétrica, dá centenas de milhares, milhões de euros por ano à EDP. Porque é que a exploração de energia elétrica é deficitária e é feita por particular e o Estado subsidia? Quando é o particular, não é?, o Estado pode subsidiar. Sendo o Estado a fornecer o serviço, o custo tem que ser exatamente... o custo ser suportado pela faturação. Porque é que... nós temos aqui um exemplo paradigmático, isto é absolutamente... vê-se onde é que isto eventualmente quer chegar. A água, um bem essencial, tem de ser pago integralmente pelo consumidor, e o Estado não pode subsidiar, tem que subsidiar através de um subsídio. Porque é que subsidia e pode subsidiar a energia eólica, quando é explorado por um particular? Porque é que o pode fazer? Porque é que o Estado pode subsidiar determinada forma de exploração de bens essenciais e outra impõem que seja exatamente o consumidor a pagar? _____

Depois há aqui uma questão fundamental que é o seguinte: eu, a entidade gestora, a empresa, na prática fica com a concessão do monopólio de distribuição de água nesses municípios, e a Águas de Portugal tem 51% e pode deliberar em Assembleia, fazer o seguinte: ceder aquela exploração, aquela concessão de 30 anos a um particular. Quem é que pode evitar isso? A Águas de Portugal, na Assembleia, na empresa, com 51% do capital social, delibera, delibera ceder a exploração a uma entidade privada. Qual é a limitação ou balizamento em termos de pacto social? O que é dito é que: se vender as ações, se vender as ações, o contrato caduca. Mas eu não vendo as ações. Eu vendo a minha posição naquele contrato, que me garante... eu naquele contrato eu tenho o monopólio de distribuição da água durante 30 anos naquela zona, sei que não vou ter concorrência. Claro que eu até posso não gastar 1 tostão, e ao fim de 6 meses, eventualmente, ceder a minha posição, a minha posição de explorador durante 30 anos daquela concessão, realizo a minha mais-valia e, entretanto, a questão é esta: como é que fica o consumidor? Por outro lado, temos aqui uma questão que o Dr. Jorge Mendes, por exemplo, o Senhor Presidente falou há bocado e muito bem, nós estamos... por assim dizer, somos quase cobaias, é quase uma experiência, um pioneirismo, é um modelo que está a ser testado, de certa forma, e utilizam-se muitas vezes os municípios nisso. Nós vemos por exemplo nos parques eólicos que muitos municípios, como tinha o Municípios de Valença, etc., etc., foram utilizados os municípios para, de certa forma, captarem algum tipo de investimento, benefício, etc., etc., e o que é facto é que hoje os municípios alienaram, todos eles, as participações que tinham, alienaram participações... não, eu estou... mas o que é facto é que foram alienadas, ou seja, alienaram, exatamente, porque quiseram, mas o que é facto é que deixaram de ter essa participação. E a questão é esta, se estamos num sistema ainda que pouco conhecemos de alguns experimentalismos, de muitas dúvidas, de alguma incerteza até no quadro jurídico, comunitário que pode aparecer, e o primeiro contrato que é proposto é a 30 anos?! a 30 anos? Ou seja, se o quadro é experimental e estamos no princípio, façamos um contrato a ver como é que corre a coisa, não é? A ver aqui como é que corre a coisa. Se vou abrir um negócio, por assim dizer, digo assim bem: “Eu vou arrendar uma loja 1 ano a ver como é que isto corre e depois...” Agora, vou arrendar a 30 anos sem poder sair? Esperemos que corra bem, eu não quero ser pessimista, esperemos que corra bem, gostaria muito de estar enganado, espero estar enganado, e será bom para o conelho se me enganar, mas vamos ver com é que corre.” _____

PONTO 6º-MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES DE EXPANSÃO OU REABILITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E A ADAM – ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.” _____

Assembleia Municipal colocou a votação o 6º ponto - Minuta do protocolo de delegação de execução de investimentos complementares de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas entre o Município de Valença e

a Águas do Alto Minho, que um universo de 24 (vinte e quatro) Membros obteve 5 (cinco) votos contra dos membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Ana Tomé, Carlos Aleixo, José Rodas e Orlando Oliveira e 19 (dezanove) votos a favor, pelo que foi provada, por maioria, a minuta do protocolo de delegação de execução de investimentos complementares de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas entre o Município de Valença e a ADAM – Águas do Alto Minho, S.A. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido, num universo de 24 (vinte e quatro) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Os trabalhos da sessão encerrados quando eram 16h52m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por trinta e sete páginas, e anexos I e II com cento e vinte páginas a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas